

HERMES JOSE GRAIPEL JUNIOR

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM MUSEUS DO
ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, maio de 2007.

HERMES JOSE GRAIPEL JUNIOR

A atuação profissional em Museus do Estado de Santa Catarina

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Profissionais da Informação.

Orientadora: Dra. Miriam Vieira da Cunha.

Florianópolis, maio de 2007.

HERMES JOSE GRAIPEL JUNIOR

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM MUSEUS DO ESTADO DE SANTA
CATARINA

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em Ciência
da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA
EM FLORIANÓPOLIS, 17 DE MAIO DE 2007.

Dra. Miriam Vieira da Cunha
Coordenadora do PGCIN/CED – UFSC

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Miriam Vieira da Cunha
PGCIN/UFSC – Orientadora

Profa.Dra.Helena Maria Tarchi
Crivellari
PPGCI/UFMG

Profa.Dr. Clovis Montenegro de Lima
PGCIN/UFSC

Profa.Dra.Magda Chagas Pereira
PGCIN/UFSC

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho foi um desafio, que se tornou mais agradável pela paciência, sabedoria, conhecimento e competência de minha orientadora. À Professora Miriam Cunha, meu muitíssimo obrigado!

Há pessoas que são os alicerces de nossa existência. À Minha Mãe, Éclair Graipel, e a meu Pai Hermes José Graipel – que já não esta mais fisicamente entre nós, contudo, permanecem presentes todos os dias em nossas lembranças.

A meu irmão, Doutor Maurício Eduardo Graipel - e à minha cunhada Maria Amália Graipel-, de propósito coloquei o título porque além de irmão, foi um grande incentivador e crítico perspicaz deste trabalho.

Aos meus irmãos Cláudio Roberto Graipel e Rafael Graipel, e à minha cunhada Maria Gorete Graipel, e à futura cunhada Kenia Petry, muito obrigado pela paciência, e por compreenderem minha ausência em tantos momentos. Há também um menino, que com seus olhos e sorrisos ingênuos me deu energia e muita alegria, meu sobrinho Henrique Graipel.

Aos colegas de trabalho, e amigos, Teresa Domitila Fossari, Cristina Castellano, Maria Dorothea Post Darella, Aldo Litaiff e Aline Carmes Kruguer (que deve estar feliz com o término desta dissertação, pois só assim não vou mais incomodá-la) tenham certeza do meu carinho e apreço.

Aos colegas de mestrado, em especial à Sonali Bedin e Cátia Santiago, pelos momentos que compartilhamos alegrias e angústias.

Aos professores do programa de pós-graduação em Ciência da Informação, meus sinceros agradecimentos. À secretária do programa de pós-graduação, D. Cecília S. Machado, que com muita paciência resolveu pequenos entraves ao longo desses dois anos.

À Direção do Museu Universitário, na pessoa de seu Diretor Gelci José Coelho, à Maria Bernadete de A. Jollembek, Elizabete P. R. Alexandre e à Sonia Maria Kempner, meus agradecimentos pelo incentivo e apoio recebido.

Aos participantes desta pesquisa que tão prontamente se colocaram à disposição.

**Mestre, meu mestre querido!
Coração do meu corpo intelectual e inteiro!
Vida da origem da minha inspiração!
Mestre, que é feito de ti nesta forma de vida?**

**Não cuidaste se morrerias, se viverias, nem de ti nem de nada,
Alma abstrata e visual até aos ossos,
Atenção maravilhosa ao mundo exterior sempre múltiplo,
Refúgio das saudades de todos os deuses antigos,
Espírito humano da terra materna,
Flor acima do dilúvio da inteligência subjetiva...**

**Mestre, meu mestre!
Na angústia sensacionista de todos os dias sentidos,
Na mágoa quotidiana das matemáticas de ser,
Eu, escravo de tudo como um pó de todos os ventos,
Ergo as mãos para ti, que estás longe, tão longe de mim! (Fernando Pessoa)**

GRAIPEL JUNIOR, Hermes José. **A atuação do profissional em museus do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2007. 95f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

RESUMO

Este estudo teve por objetivo, identificar o perfil do profissional atuante em museus do Estado de Santa Catarina. A pesquisa realizada é quantitativa. Utilizou a técnica de análise do conteúdo de Bardin (2004). O instrumento de coleta de dados foi o questionário. Foi feito um levantamento do perfil do profissional, da instituição museal a que está ligado o profissional, sua formação acadêmica, as atividades consideradas mais importantes, e a necessidade da educação continuada. Este é um profissional predominantemente do sexo feminino, com mais de quarenta anos, com mais de dez anos na profissão, que trabalha em sua maioria em instituições públicas, ligadas à prefeituras municipais ou à instituições de ensino superior. Desenvolve atividades tradicionais, mas tem conhecimento das transformações ocorridas nas últimas décadas e busca atualizar-se através de cursos de curta duração. A formação destes profissionais é principalmente em Ciências Humanas.

Palavras-chave: Profissional da Informação, Museólogo, Perfil Profissional.

GRAIPEL JUNIOR, Hermes José. **The action of the professional in museums of the State of Santa Catarina.** Florianópolis, 2005. 95f. Dissertacion (Master in Information Science) – Post-Graduation Program in Information Sscience. Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

ABSCTRACT

The objective of this study is to identify the profile of the professional curators that work in the state of Santa Catarina's museums. The research that was realized can be characterized as a quantitative. Bardin's (2004) technique of content analysis was utilized throughout the study. Data collection was done by means of a questionnaire. A survey was made of the professional profile, including the museum institute where the attendant is employed, their formal education, activities that they considered most important and the necessity of continued education. This is a profession that is composed of predominately females over the age of forty, with more than ten years working in the profession, the majority working in public institutions that are associated with city governments or institutions of higher education. The persons survey typically develop traditional activities but have knowledge of transformations that have occurred in the recent decades and seek to bring themselves up to date through short duration courses. These professionals have principally studied Humam Schiencs during their university studies.

Keywords: Information Professional; Curator; Professional Profile.

GRAIPEL JUNIOR, Hermes José. **La actuación del profesional en museos de la provincia de Santa Catarina**. Florianópolis, 2007. 95h. Disertación (Maestría en Ciencia de la Información) – Programa de Pos-Graduación en Ciencia de la Información. Universidad Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

RESUMEN

Este estudio tiene por objetivo, identificar el perfil del profesional actuante en museos de la provincia de Santa Catarina. La investigación realizada es cuantitativa. Utilizo la técnica de análisis de contenido de Bardin (2004). El instrumento de recolección de los datos fue el cuestionario. Fue hecho un levantamiento del perfil de profesional, de la institución museal a la cual está vinculado el profesional, su formación, las actividades consideradas más importantes y la necesidad de educación continuada. Este es un profesional predominantemente del sexo femenino, con más de cuarenta años, con más de diez años de profesión, y que trabaja en su mayoría en instituciones públicas, ligada a prefecturas o a instituciones de enseñanza superior. Desarrolla actividades tradicionales, tiene conocimientos de las transformaciones ocurridas en las últimas décadas y busca actualizarse por medio de cursos de corta duración. La formación de estos profesionales es principalmente en Ciencias Humanas.

Palabras-claves: Profesional de la información, Museólogo, Perfil profesional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** - Questionários enviados.
- Figura 2** - Distribuição dos profissionais por região.
- Figura 3** - Sexo dos respondentes.
- Figura 4** - Tempo de trabalho dos profissionais.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** - Idade dos Profissionais.
- Tabela 2** - Formação dos profissionais.
- Tabela 3** - Formação acadêmica
- Tabela 4** - Formação em nível de especialidade.
- Tabela 5** - Formação em nível de mestrado.
- Tabela 6** - Tipos de Museus.
- Tabela 7** - Educação continuada dos respondentes. Nos últimos 5 anos.
- Tabela 8** - Atividades desenvolvidas pelos profissionais
- Tabela 9** - Fontes de informação utilizadas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	16
3 TRABALHO E PROFISSÃO.....	22
3.1 Evolução das Profissões.....	25
4 O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO.....	28
4.1 O museólogo como profissional da informação.....	30
5 MUSEUS E BIBLIOTECAS:	33
5.1 O Museu no Brasil.....	39
5.2 Tipologia Museal.....	41
6 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	43
6.1 População.....	43
6.2 Museus Selecionados.....	44
6.3 Coleta de dados.....	50
6.4 Variáveis da pesquisa.....	51
7 ANÁLISE DOS DADOS.....	52
7.1 Identificação dos Profissionais.....	53
7.1.1 Sexo dos Profissionais	53
7.1.2 Idade dos Profissionais	54
7.1.3 Nível de Formação dos Profissionais	54
7.1.4 Cursos de Pós Graduação dos Profissionais	56
7.2 Tipologia dos Museus.....	58
7.3 Tempo de trabalho dos profissionais.....	60
7.4 Educação Continuada.....	60
7.5 Atividades desenvolvidas pelos profissionais.....	62
7.6 Fontes de Informação	67
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS	71
ANEXOS	78
ANEXO A : Termo de Aceite da Instituição.....	79
ANEXO B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	80
ANEXO C: - Carta de Apresentação	81
ANEXO D: Questionário.....	82

1 INTRODUÇÃO

No imaginário coletivo, a instituição museu possui uma conotação que remete a um lugar onde se guardam objetos antigos. Não raro, caracteriza-se o museu como sendo o depositário de “velharias”, ou ainda, de objetos que possuem um valor monetário – quadros, esculturas, desenhos entre outros – negociáveis através de compras e leilões.

Quando se fala em museu, o senso comum remete à guarda de objetos que pertenceram a pessoas públicas de “relevante notoriedade” – adquirindo uma importância que está além do objeto, diretamente relacionada aos feitos desta pessoa. O museu também é visto como um lugar do “exótico”, raro, inaudito.

Entretanto esta visão tem sido combatida, pois desconhece a relevância da instituição museu cuja essência ultrapassa o senso comum.

Contrapondo-se ao senso comum, o museu tem, em sua ação, o referencial objeto enquanto possibilidade de vetor do complexo social. Seu campo de atuação também diz respeito à memória. O objeto no museu é tratado como suporte informacional, como meio para a construção de um processo cognitivo.

O museu é um espaço de interações entre o homem, o objeto e a memória. Neste sentido, é necessário observar duas questões, quais sejam: em primeiro lugar, a memória deve ser compreendida como uma relação do presente, no presente. E em segundo lugar, o papel do profissional que atua em museu como profissional de informação.

Assim, a memória não está depositada no objeto (seja ele musealizado ou não), mas sim na relação que com ele podemos manter. Coelho (1997, p.250) alerta para esta questão:

No limite, inexistente um tempo atual que não se relacione com (ou integre) um tempo passado, e vice versa. Isto significa, em outras palavras, que a memória participa da natureza do imaginário como um conjunto das imagens não gratuitas e das relações de imagens que constituem o capital inconsciente e pensado do ser humano.

O objeto no museu é um elemento físico que, a partir do olhar do pesquisador, possibilita uma leitura do contexto e não só do objeto. Menezes (1994, p.27) reporta-se ao objeto afirmando que:

[...] Os objetos materiais só dispõem de propriedades imanentes de natureza física química: matéria-prima, peso, densidade, textura, sabor, opacidade, forma geométrica, etc.etc.etc. Todos os demais atributos são aplicados às coisas. Em outras palavras: sentidos, valores (cognitivos, afetivos, estéticos e pragmáticos) não são sentidos e valores das coisas, mas da sociedade que os produz, armazena, faz circular e consumir, recicla e descarta, mobilizando tal ou qual atributo físico (naturalmente, segundo padrões históricos, sujeitos a permanente transformação).

Tendo o objeto sua imanência material o que se atribui, passa a possuir propriedade de signo. Esta questão ganha especial atenção de Horta (1990, p.76), quando afirma que:

Se os objetos dos museus são suportes da Memória da nossa civilização não podemos utilizá-los como simples instrumentos de evocação de um passado. Cada objeto é a memória de uma ação, de um processo, de uma crença, de uma idéia criadora; como atores no palco de um teatro essas coisas são ações cristalizadas na matéria, que representam todo um contexto de evolução e de criação.

A instituição museu abriga objetos (tratados como acervo/signo), independentemente de sua forma. O objeto no museu é um documento, pois a partir dele se produz conhecimento, nesta perspectiva o museu é compreendido como unidade de informação¹.

Sob tal perspectiva, a atuação do profissional que atua em museus estaria centrada na intermediação entre as fontes e os usuários. Além disso, o papel desse profissional deveria ser repensado, pois sua atuação não deve ser restrita ao cuidado do objeto, mas ao seu tratamento enquanto suporte informacional.

Normalmente, o museólogo é aquele que zela pelo acervo, pelo seu acondicionamento, catalogação e exposição. Chagas (1996) afirma ser essa a visão tradicional do profissional que atua em museus. Além dessas atribuições, este profissional deve estar preocupado com a coleta de informação e sua disseminação.

Na tentativa de discutir esse tema, nos propomos a analisar o perfil do profissional que atua nos Museus de Santa Catarina. Esta pesquisa está pautada na nossa prática profissional, como trabalhador do Museu Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.

¹ Unidades de informação aqui são compreendidas, segundo Guinchat & Menou (1994, p.333), como sendo “[...]organismos especializados nas atividades de informação que privilegiam outras funções da cadeia documental, como a descrição de conteúdo dos documentos, a extração e o tratamento de dados e a difusão da informação. Estes organismos destinam-se a grupos particulares de usuários e têm denominações variadas como centros de documentação, centros de informação e bancos de dados.”

No Brasil existem dois cursos, desta área, reconhecidos: um na UFBA (Universidade Federal da Bahia), e outro na UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro), que recentemente também criou um curso em nível de mestrado em Museologia (COFEM, 2006). Em Santa Catarina, a Fundação Educacional Barriga Verde – FEBEVE-, localizada no Município de Orleans, também oferece uma graduação em museologia, porém ainda não foi reconhecido.

No mês de março de 2001, a Diretora da Divisão de Museologia do Museu Universitário, realizou um seminário interno para discutir a criação de um curso de graduação em Museologia na UFSC, as dúvidas em relação ao profissional que atua nos museus catarinense, tornaram-se mais evidentes: afinal quem é este profissional?

Uma análise, da literatura da área nos permitiu verificar que o perfil do profissional atuante em museu, ainda, é pouco estudado.

Dentre os autores que analisam a questão, Cordovil (1993) e Chagas (1996), abordam a formação do museólogo diante de uma nova realidade e a necessidade de se rediscutir o papel deste profissional frente aos novos paradigmas da sociedade globalizada. Bruno (1995), Horta (1990) e Guarnieri (1990) alertam para a necessidade de se repensar o papel do museólogo.

Neste sentido este trabalho pretende responder às seguintes questões: qual o perfil do profissional que atua nos museus do Estado de Santa Catarina? Estes profissionais buscam educação continuada?

A partir destas considerações, o objetivo geral desta pesquisa é:

- Identificar o perfil do profissional atuante nos museus do Estado de Santa Catarina.

Seus objetivos específicos são:

- Conhecer a formação do profissional atuante em museus no Estado de Santa Catarina;
- Descrever as atividades desenvolvidas por este profissional.

Esta dissertação está dividida em sete capítulos. O segundo capítulo é uma abordagem sobre a sociedade da informação, onde discorremos sobre as transformações ocorridas na segunda metade do século XX, em razão do desenvolvimento tecnológico.

O terceiro capítulo aborda o conceito de trabalho, sua percepção ao longo da história, bem como a caracterização do profissional.

O quarto capítulo discorre sobre o profissional da informação, suas atribuições e habilidades inerentes ao trato com a informação.

O quinto capítulo trata do surgimento do Museu e da Biblioteca, suas origens comuns e as transformações que ocorreram ao longo dos anos. Este capítulo, aborda também, os Museu no Brasil e em Santa Catarina.

No sexto capítulo, apresentamos a metodologia de pesquisa.

O sétimo capítulo, trata da análise dos dados, apresentando os resultados obtidos. E em seguida, temos as Considerações Finais.

2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Os avanços tecnológicos das últimas décadas do século XX caracterizam-se não apenas pela sua abrangência, mas também, pela velocidade com que se desenvolveram e se disseminaram o que nos leva a pensar em uma nova era. Giddens (1991, p.11) traduz esta inquietação:

Hoje, no final do século XX, muita gente argumenta que estamos no limiar de uma nova era, a qual as ciências sociais devem responder e que está nos levando para além da própria modernidade. Uma estonteante variedade de termos tem sido sugerida para esta transição, alguns dos quais se referem positivamente à emergência de um novo tipo de sistema social (tal como a “sociedade de informação”, ou a “sociedade de consumo”), mas cuja maioria sugere que, mais que um estado de coisas precedente, está chegando a um encerramento (“pós-modernidade”, “pós-modernismo”, “sociedade pós-industrial, e assim por diante”).

Várias denominações são utilizadas para descrever a realidade atual: sociedade da informação/sociedade do conhecimento, segundo Kumar (1997); sociedade pós-industrial, segundo De Masi (2003); ou sociedade em rede, segundo Castells (2005).

Os avanços tecnológicos remodelam a sociedade, dando a ela novos contornos baseados nos recursos tecnoinformacionais. Segundo Wolton (2004, p.155):

Nós mudamos hoje de época: os homens são menos fascinados pela potência industrial da qual eles puderam medir os estragos humanos e ecológicos, e mais atraídos pelas técnicas da informação. Menores, menos poluentes, elas fascinam porque colocam em obra a rapidez, a performance, a interatividade.

Morin (2004) discute a idéia de sociedade da informação. Para isso propõe a discussão de um novo termo que qualifique essa realidade. Segundo ele, a tecnologia da informação motivou essa realidade. Segundo este autor:

Claro que estamos em sociedades de informações, até do ponto de vista físico, da teoria da informação, basta pensarmos nas tecnologias digitais (DVD, televisão digital, etc), que são aplicações da teoria da informação. Mas a informação, mesmo no sentido jornalístico da palavra, não é conhecimento, pois o conhecimento é o resultado da organização da informação. (MORIN, p.12,2004)

A discussão entre comunicação e informação é uma característica da sociedade atual. Para Maffesoli (2004, p.21) “[...] comunicação e informação descrevem um *modus vivendi* característico da pós-modernidade”. Para este autor, a pós-modernidade

tem como identificação o momento que passamos de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial.

A relação, segundo Mafessoli (2004, p 21), entre informação e comunicação, pode ser compreendida a partir do seguinte raciocínio:

Comunicação e informação são etiquetas em voga. Ambas expressam conteúdos importantes da época atual. Caso se dê à palavra informação o seu verdadeiro sentido etimológico – dar forma -, não haveria diferença entre informação e comunicação. Informar significa ser formado por. Trata-se da forma que forma a forma formante. Quer dizer que numa era da informação, talvez a de hoje, não se pense por si mesmo, mas se é pensado, formado, inserido numa comunidade de destino. Vale repetir: a forma é formante. A informação também liga, une, junta.

Na sociedade atual, os avanços obtidos na transmissão, recuperação e disseminação da informação encurtam distâncias e alteram relações pessoais e profissionais. Nas palavras de Castells (2005, p. 39):

Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável.

Essa transformação que é percebida no dia a dia, tem como marco a década de 70 do século XX. Segundo Castells (2005):

Esse sistema tecnológico, em que estamos totalmente imersos na aurora do século XXI, surgiu nos anos 70. Devido à importância de contextos históricos específicos das trajetórias tecnológicas e do modo particular de interação entre a tecnologia e a sociedade, convém recordarmos algumas datas associadas a descobertas básicas nas tecnologias da informação. Todas têm algo de essencial em comum: embora baseadas principalmente nos conhecimentos já existentes e desenvolvidas como uma extensão das tecnologias mais importantes, essas tecnologias representaram um salto qualitativo na difusão maciça da tecnologia em aplicações comerciais e civis, devido a sua acessibilidade e custo cada vez menor com qualidade cada vez maior. (CASTELLS, 2005, p.91)

Esse divisor tecnológico caracterizou-se pela invenção do microprocessador, do computador e da fibra ótica (Castells, 2005). A associação desses elementos permitiu a criação de uma rede de comunicação que ficou conhecida como Internet:

[...] foi em 1969 que a ARPA (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa Norte-Americano) instalou uma nova e revolucionária rede eletrônica de comunicação que se desenvolveu durante os anos 70 e veio a se tornar a Internet [...] (CASTELLS, 2005, p.91).

Diagnosticar essa nova era é tentar compreender as relações que se dão na malha social. Entretanto, é inevitável a constatação de que, associada à tecnologia ela instaura um novo momento histórico. Sennett faz essa constatação quando pondera que:

Os líderes empresariais e os jornalistas enfatizam o mercado global e o uso de novas tecnologias como as características distintivas do capitalismo de nossa época. Isto é verdade sim, mas não vê outra dimensão da mudança: novas maneiras de organizar o tempo, sobretudo o tempo do trabalho. (SENNETT, 2005, p.21)

As mudanças ocorridas se refletem no meio social das formas mais variadas. Castells (2005) aponta essas mudanças no cotidiano das pessoas, interferindo no consumo diário, no lazer, nas relações familiares, e em suas práticas profissionais. Ainda segundo o autor, este novo momento caracteriza-se, também, como um novo paradigma, pois:

O que distingue a configuração do novo paradigma tecnológico é sua capacidade de reconfiguração, um aspecto decisivo em uma sociedade caracterizada por constante mudança e fluidez organizacional. (CASTELLS, 2005, p. 109)

O avanço tecnológico é discutido por pensadores como Drucker (1999) Dupas (2001), Mattelart (2002), Morin (2004), Maffesoli (2004), Wolton (2004), Castells (2005) e Sennett (2005), entre outros.

Uma das conseqüências, da sociedade da informação, é a mudança do sistema capitalista que se apóia nesta tecnologia e amplia seu campo de ação. Dupas (2001, p.14), observa esse processo quando afirma que “[...] o capitalismo global apossou-se por completo dos destinos da tecnologia, libertando-a de amarras metafísicas e orientando-a única e exclusivamente para a criação de valor econômico.”.

A oportunidade de ampliar lucros, motivada por sua própria lógica, faz com que o capital busque aperfeiçoar as relações de trabalho. Drucker (1999, p. 111) conclui que:

Os ativos mais valiosos de uma empresa do século XX eram seus equipamentos de produção. Os mais valiosos ativos de uma instituição do século XXI, seja empresa ou não, serão seus trabalhadores do conhecimento e sua produtividade.

Castells (2005) caracteriza a nova economia como uma economia informacional, global e em rede. Ao afirmar que um dos aportes econômicos está na informação, assegura que:

É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada no conhecimento. (CASTELLS, 2005, p. 119)

Na continuidade, Castells, observa a questão da economia global, proporcionada pelo avanço tecnológico e as facilidades que possibilitam, não só, diminuir distâncias como também modificar a própria idéia de tempo, possibilitando assim um rearranjo de todo o aparato do capital. Nesse sentido, há um novo modo de acumulação e difusão do sistema capitalista, agora integrado em rede:

É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. Essa nova economia surgiu no último quartel do século XX porque a revolução da tecnologia da informação forneceu a base material indispensável para sua criação. É a conexão histórica entre a base de informação/conhecimentos da economia, seu alcance global, sua forma de organização em rede e a revolução da tecnologia da informação que cria um novo sistema econômico distinto [...]. (CASTELLS, 2005, p.119)

A tentativa de diagnosticar essa “nova era”, como já afirmado anteriormente, pode ser constatada a partir de duas características comuns a todos os autores e às discussões em torno do tema: a tecnologia e a informação. A partir desses dois pontos temos os seus possíveis desdobramentos. Castells (2005), aponta as mudanças sociais e econômicas; Drucker (1999) ressalta as modificações que ocorrem no processo administrativo e gerencial; Dupas (2001) debate a questão ética e a noção de progresso; Sennett (2005) discute a questão do trabalho. Entre tantas visões, cabe também um olhar para o posicionamento de Mattelart e Neveu (2004) cuja abordagem é feita a partir das questões culturais.

A visibilidade das conseqüências da chamada “nova era” ou da “revolução da informação” ganha destaque no quesito tecnológico (Internet e os avanços da

informatização) e na economia (globalização, mercados integrados, zonas de livre comércio). Entretanto, também pode-se destacar outra vertente: a questão cultural.

Quanto a esta questão, Mattelart & Neveu (2004, p. 195) fazem a seguinte constatação: “Se a reivindicação do olhar cultural ainda podia constituir a exclusividade de uma visão crítica da sociedade à época da era de ouro dos estudos culturais, o mesmo não se dá no limiar do século XXI.”.

A referência de Mattelart & Neveu à “época da era de ouro dos estudos culturais”, se faz em alusão, respectivamente, ao final dos séculos XIX e XX quando das discussões em torno do conceito de cultura. Momento, este, em que se busca uma identidade seja ela regional ou nacional.

Na visão dos autores mencionados anteriormente, este novo momento histórico que vivemos traz em seu bojo o perigo da homogeneização cultural por parte de um poder dominante:

Essa nova centralidade do cultural é homologada pela noção *soft power*, toda forma de poder que não recorre à força e participa da capacidade que a potência dominante possui de fixar a ordem do dia de modo a modelar as preferências de outras nações. Inconcebível sem o crescimento em poder da arma cultural, informacional e lingüística, o *soft power*, eufemismo que se poderia traduzir pela expressão menos vaga ‘dispositivo de violência simbólica’, vê-se com a tarefa de cultivar o desejo de uma ordem planetária estruturada segundo os valores da global *democratic marketplace*. O domínio das novas redes, a *information dominance*, vai permitir rentabilizar os investimentos em matéria de representações do mundo que, há mais de meio século – às vezes e mais especialmente em tempos de crise, pela propaganda, mais freqüentemente de maneira metabólica, como um recurso natural do sistema social, e a distância de todo complô -, a chamada cultura global realizou no mundo, alfabetizando os consumidores, socializando-os em um modo de vida global. (MATTELART & NEVEU, 2004, p.196)

A idéia de domínio presente na obra de Mattelart & Neveu (2004) está associada ao uso da informação. São inevitáveis os conflitos de idéias e interesses, no que tange o uso do aparato tecnológico. De um lado, há quem julgue de forma positiva a idéia de uma aldeia global (subentendo-se uma forma cultural unificada); de outro há quem veja um engenhoso projeto de dominação por parte de uma elite econômica. Contudo é fato que vivemos numa nova era ou utilizando-nos das palavras de Hobsbawn (2002) ao se referir ao século XX, um tempo interessante:

Enquanto isso, e pela primeira vez, dispomos de uma estrutura adequada para uma história genuinamente global, restaurada a seu devido lugar central, nem englobada nas humanidades ou nas ciências naturais ou matemáticas, nem tampouco separada delas, porém essencial a ambas (HOBSBAWN, 2002, p. 327)

Como diria Hobsbawn, são tempos interessantes: “Gostaria de ser jovem o bastante para poder escrevê-la.” (HOBSBAWN, 2002, p. 327).

O conceito de trabalho, sua percepção ao longo da história, bem como a caracterização do profissional, é o tema do próximo capítulo.

3 TRABALHO E PROFISSÃO

Associado à idéia de castigo, esforço, obrigação, o termo trabalho possui diversas definições e significados.

Na mitologia Grega, Hércules, para aplacar a ira de Zeus teve que se submeter a 12 trabalhos, que como castigo serviriam para purgar seus crimes (GRIMAL, 1987). Na Grécia, a idéia de trabalho, enquanto esforço físico vinculava o homem à falta de liberdade (ALBANOZ, 2004).

Na visão cristã – herdeira do pensamento judaico – trabalho é o castigo de Deus ao homem e à mulher que provaram da árvore da sabedoria, e por isso com sofrimento e suor teriam que viver dali em diante.

O termo trabalho tem sua origem na palavra do latim vulgar *tripaliare* (Ferreira, 2004, p.1970) como sinônimo de um instrumento utilizado para tortura. O termo labor também remete a esforço, sofrimento, dor e fadiga (BUSSARELLO, 1988, p.131). Em ambos os casos, percebe-se a ação humana a fim de alcançar um objetivo com esforço – seja com o *tripaliare*, instrumento utilizado para separar o cereal de sua casca (Albanoz, 2004) ou com o labor, que exige esforço físico para realizar uma atividade.

O trabalho está associado à ação humana, que requer esforço, exige determinação no cumprimento de uma tarefa, comprometimento do tempo e conhecimento do que se propõe fazer.

Trabalhar é uma necessidade e as características desta ação passaram por transformações constantes ao longo da história. Oliveira (2003, p.11-13) discute a noção de trabalho desde a pré-história, passando pelas atividades comunais, quando do aparecimento do excedente alimentar que permite o surgimento de novas formas de labor, atividades de comércio e a formação das primeiras cidades.

A organização da vida na cidade, segundo Le Goff (2003, p.17) nos séculos XI e XII na Europa, exigia uma divisão do trabalho para atender às mais variadas demandas. Temos, então, o surgimento de ocupações, como: sapateiro, tecelão, ferreiro, comerciante e marceneiro, entre outras – organizadas em grêmios que dão condições para o exercício de suas atividades. Oliveira (2003, p.73) afirma que:

A divisão do trabalho é organizada para atender ao aumento da demanda com maior produtividade, e é bastante nítida nos grêmios livres. Nesses casos, a divisão profissional do trabalho é substituída pela divisão técnica do trabalho, isto é, a exclusividade profissional dominante nas oficinas de artesanato medievais é substituída pela distribuição de funções nas oficinas de manufaturas modernas.

Neste mesmo sentido, Le Goff (2003, p. 29) afirma que, com o crescimento das cidades na Europa medieval, o fenômeno da divisão do trabalho permite o aparecimento do intelectual:

Foi com o desenvolvimento urbano ligado às funções comercial e industrial – digamos modestamente artesanais – que ele apareceu, como um desses homens de ofício que se instalavam nas cidades nas quais se impôs uma divisão do trabalho.

O intelectual é um novo trabalhador que vende não um produto físico e palpável, mas um produto sem forma definida e sem existência física. Esse novo operário do saber tem como função professar o conhecimento – não só o saber teológico – mas a compreensão do mundo à sua volta a partir da observação empírica voltada ao conhecimento clássico.

A idéia de professar o conhecimento não estava nesse momento restrita aos conventos e mosteiros. A discussão vai além da Igreja, da fé e da razão, na busca da verdade, na ânsia de compreender o mundo fora dos limites da Teologia, ou mesmo associado a ela:

A resultante dialética entre essa nova Razão e a Fé, entre o conhecimento humano do mundo natural e as doutrinas herdadas da revelação divina, emergiu plenamente em Alberto Magno e seu pupilo Tomás de Aquino, filósofos escolásticos do século XIII. Ambos eram devotamente leais à teologia bíblica, mas estavam também preocupados com os mistérios do mundo físico e tinham certa empatia em relação ao que Aristóteles afirmava sobre a natureza, o corpo e o intelecto humano. Esses eruditos da era de ouro da escolástica não conheceriam as conseqüências finais de sua busca intelectual para compreender tudo o que existe. Enfrentando de modo tão direto a tensão entre as tendências divergentes – gregas e cristãs, Razão e Fé, natureza e espírito – nas universidades do final da Idade Média, os escolásticos preparavam o caminho para a grande convulsão causada pela Revolução Científica na visão do mundo ocidental. (TARNAS, 2001, p.200)

O aparecimento da cidade que possibilitou a divisão do trabalho e o surgimento do intelectual traz consigo um novo fazer: o do conhecimento. Como afirma Le Goff (2003, p.9-10): “A separação entre escolas monásticas, reservadas aos futuros monges, e a escola urbana, em princípio, aberta a todos, sem exclusão dos

estudantes que permanecerão leigos, é fundamental.” Com isso, surge uma nova forma de trabalho, um trabalhador que ensinará a outros, não mais ligado ao saber eclesiástico.

Este trabalhador que professará um conhecimento e que, em troca, receberá um pagamento, distingue-se dos demais. Na compreensão de Le Goff (2003, p.11), no século XIII há uma divisão entre trabalho manual e intelectual:

Ao lado da função religiosa e da função político-guerreira, afirma-se então uma função da ciência que é, na origem, um aspecto da terceira função, a da abundância, da economia produtiva. Desse modo se justifica teoricamente o intelectual autorizado, como o mercador, a aproveitar-se de seu ofício, por causa de seu trabalho de sua utilidade, de sua criação de bens e consumo.

O novo trabalhador, ou como denomina Le Goff (2003) o “novo intelectual” destaca-se por se apresentar como elemento de uma nova classe, ou seja, embrião de uma profissão:

Urbanos, os novos intelectuais são homens de ofício. Precisam como os mercadores, uma vez que são vendedores de palavras como aqueles são vendedores de tempo, superar o chavão tradicional da ciência que não existe para ser vendida, sendo de Deus. Na linha do medievalista americano Gaines Post, sublinhei o caráter profissional, corporativo dos mestres e dos estudantes universitários. Paralelamente aos grandes livros de Pearl Kibre, uma série de estudos estabeleceu com precisão as condições materiais, técnica e jurídicas da profissão universitária. (LE GOFF, 2003, p.45)

O termo profissão é oriundo do latim *professio* e tem o sentido de declarar publicamente, ou ainda, professar algo que se tenha conhecimento (BUSSARELLO, 1988, p.182). Esta palavra está associada à capacidade de executar com conhecimento um serviço, uma tarefa, um trabalho, enfim uma atividade que exige um saber específico.

A idéia de trabalho profissional é originária, segundo Freidson (1998, p.51), da Idade Média: “Como todos nós sabemos, as universidades medievais da Europa fizeram proliferar as três primeiras profissões liberais: a medicina, a advocacia e o clero (do qual fazia parte o corpo docente universitário).” Le Goff (2003) e Freidson (1998) afirmam que o profissional é aquele que possui um conhecimento que o diferencia dos demais trabalhadores. Seu aprendizado especializado é oriundo de uma formação escolar de nível superior.

Sendo estas três profissões – medicina, advocacia e magistério – atividades que exigem formação superior, atribuem-se a elas um *status* vinculado a sua prática autônoma na execução de suas atividades. Freidson (1998, p.51) afirma que:

Com o desenvolvimento da estrutura ocupacional do industrialismo capitalista na Inglaterra do século XIX, e posteriormente, nos Estados Unidos, o consenso terminológico tornou-se altamente confuso em virtude das tentativas das recém-reorganizadas ou recém-formadas ocupações de classe média de perseguir o título de “profissão” porque este estava associado à condição de honradez das profissões liberais tradicionais.

A idéia de profissão está associada à toda atividade econômica. Independente de possuir ou não uma formação superior, o termo profissional no senso comum refere-se a todo o indivíduo que possua uma atividade rentável.

3.1 Evolução das Profissões

A Revolução Industrial no século XVIII é tema de muitos estudos, tanto afetos à questão tecnológica, quanto às transformações das relações socioeconômicas. Segundo Canêdo (1987, p.5) esse período caracteriza-se como sendo “[...] todo complexo de inovações tecnológicas ocorridas na Inglaterra durante o decorrer do século XVIII, que arrebatou de vez com as correntes que aprisionavam o poder produtivo da sociedade humana.”.

Esta Revolução Industrial é um marco na história. Segundo Canêdo (1987, p.5) “[...] desde a descoberta do fogo, nada trouxe tão profundas e extensas transformações na aparência física da terra e no modo de viver e trabalhar dos homens.”

Este avanço tecnológico é enfatizado por Dreifuss (1996, p.21) como “[...] propulsor da aceleração histórica.”, ou seja, um fator de reorganização do trabalho. O uso de máquinas não tem como consequência apenas o aumento da produção, como também uma mudança nas relações e na concepção do trabalho.

Com a Revolução Industrial, e conseqüentemente com a consolidação do capitalismo, a emergência do capital traz a necessidade de qualificar o trabalho. Visto como gerador de riqueza, ele deve atender à demanda criada pelo capital em suas várias formas de atuação. De acordo com Freidson (1998, p.149):

[...] profissionalização é o processo pelo qual parcelas crescentes da população vem a fazer parte da força de trabalho definida oficialmente: o processo pelo qual um número cada vez menor de membros de uma população vem a realizar atividades pelo prazer derivado de sua realização, pelo benefício que elas proporcionam a outros ou pela admiração ou gratidão de outros, e mais e mais pessoas vem a realizá-las pela renda que proporcionam.

Segundo Freidson (1998, p.51), as profissões são:

[...] um amplo estrato de ocupações prestigiosas, mas muito variadas, cujos membros tiveram todos algum tipo de educação superior e são identificados mais por sua condição de educação do que por suas habilidades ocupacionais específicas.

Com essa definição, qualquer indivíduo com educação superior, independente das suas habilidades pode atuar como profissional, diferentemente de outras categorias como os oficiais, os técnicos e os gerentes. (FREIDSON, 1998, p.194)

Segundo Freidson (1998, p.194) “[...] há aqueles mais frequentemente chamados de profissionais para cujo trabalho é requerido algum tipo de educação superior, ainda que variem amplamente a quantidade e o tipo de formação, mais especializada que geral”.

Além da formação de nível superior, outros fatores, estão conjugados para que o conceito de profissão seja estabelecido. Entre eles Freidson (1998, p. 196) aponta:

Todos os autores concordam, mesmo que apenas implicitamente por sua seleção de ocupações ilustrativas, em que, o que quer que sejam, os profissionais são *especialistas* em tempo integral, que encaram seu trabalho como uma fonte de renda e não como uma obra de diletantes ou amadores de tempo parcial, ou pessoas que trabalham num emprego num ano e em outro no ano seguinte. Além disso, seu trabalho especializado é considerado competente, não como o trabalho casual que se espera que qualquer adulto normal saiba fazer, e não como o trabalho semi-especializado que se presume qualquer adulto normal possa aprender após breve instrução.

Podemos perceber que Freidson (1998) aponta as seguintes características das profissões:

- Um corpo de conhecimento especializado e abstrato adquirido através de formação superior;
- Autonomia no exercício das atividades;
- Capacidade de auto regulamentação;
- Autoridade sobre as tarefas executadas em relação ao público.

Este autor acrescenta, ainda, “a expertise:” Nos casos em que seu trabalho envolve consultas, os profissionais poderiam ser chamados peritos e seu conhecimento e competência especializados chamado de “expertise.” (Freidson, 1998, p. 196).

O próximo capítulo, aborda o profissional da informação, suas atribuições e as habilidades inerentes ao trato com informação.

4 O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO

Embora se compreenda o termo profissional da informação de maneira singular (como se houvesse um único profissional atuante na área), essa atividade, ou seja, o trato informacional refere-se a várias profissões. Segundo Cunha & Crivellari (2004, p.46):

Existe sim, um grupo grande e heterogêneo de profissionais que podem ser qualificados como tais. O espectro de funções que eles exercem e as suas habilidades são tão diversificadas que é difícil colocá-los em um mesmo “guarda-chuva”, tornando-se, a denominação “profissionais da informação” uma rubrica vaga, conveniente, que pressupõe um conjunto de categorias profissionais e ignora as suas diferenças de orientação, de formação básica e das atividades por eles exercidas.

Tradicionalmente o bibliotecário, o arquivista e o museólogo são considerados profissionais da informação. Esta visão está caracterizada pela sua atuação em unidades de informação (ver definição na página 13). Vários autores discutem o perfil do profissional da informação desvinculando a questão da sua atuação ao ambiente tradicional (Bibliotecas, Arquivos ou Museus). Entre eles podemos citar, Pinheiro e Loureiro, 1995; Smit, 2000; Valentim, 2000 e 2004; Jambeiro & Silva, 2004; Cunha e Crivellari, 2004; Legey e Abagli, 2005; e Fonseca et al, 2005, entre outros.

Segundo Valentim (2004, p.165-167) esses profissionais devem desenvolver “Competências de comunicação e expressão, tecno-científicas, gerenciais, sociais e políticas”. Esta necessidade, segundo a autora, é premente face ao mercado de trabalho numa época que tem na informação seu principal insumo.

Jambeiro e Silva (2004, p.6) ao descreverem a atuação do profissional da informação, apontam 6 competências destes profissionais:

01. monitorar informações sobre o ambiente social, cultural, político, econômico e de mercado; exercitar visão crítica sobre os vários tipos de informação e respectivas fontes, para que possa produzir;
02. selecionar, organizar e disseminar as informações requeridas para o desempenho de distintos usuários;
03. analisar o conteúdo e dialogar com o produtor e o consumidor sobre a qualidade da informação e seu adequado tratamento;
04. dominar dois níveis de linguagem: a terminologia da fonte ou produtor, e a linguagem para comunicação com o usuário;
05. combinar competência de gerenciamento e tratamento de informações com o domínio do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação;
06. reconhecer o valor de uma informação, do ponto de vista cultural, social, econômico e político, seja para uma organização determinada, seja para a sociedade como um todo.

Existe, uma grande variedade, de profissionais considerados como Profissionais da Informação. Por exemplo: além das profissões “clássicas” Bibliotecário, Arquivista e Museólogo, os jornalistas, os informáticos, os gestores de informação, entre outros, são considerados Profissionais da Informação.

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO-2002), do Ministério do Trabalho e Emprego, tem por função caracterizar, sistematizar e classificar a atuação profissional.

De acordo com Cunha e Crivellari (2004) a nova versão desta classificação trouxe novidades em relação à anterior CBO, 1994. Conforme, estas autoras, a partir desta reestruturação, temos uma modificação da descrição das atividades e sub-atividades concernentes às profissões. Em relação a estas mudanças Cunha e Crivellari (2004, p.49) afirmam que:

A Nova CBO foi organizada não mais de acordo com as ocupações individualizadas e sim com base na noção de ‘família ocupacional’, que agrega ocupações consideradas assemelhadas. Nesse caso específico, ocorreu um desmembramento em relação à situação anterior.

Desta forma, a CBO (2002) considera profissionais da informação aqueles que:

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centro de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria.

Observando-se a definição da CBO (2002), os profissionais da informação são os bibliotecários, os analistas da informação, os documentalistas. Estes profissionais devem possuir formação universitária em Biblioteconomia, o que segundo a CBO (2002) caracteriza o profissional da informação.

Embora a CBO de 2002 afirme que o profissional da informação é aquele com formação universitária em Biblioteconomia, o que observamos é que estes profissionais são oriundos das mais diversas áreas. Devem ter competências e habilidades para tratar a informação, desenvolvendo conhecimentos para buscar, gerenciar, acessar, organizar, avaliar e disseminar a informação.

Dessa forma pode-se concluir, segundo Cunha e Crivellari (2004), que não existe um único profissional da informação, mas um amplo campo de atuação com profissionais oriundos de várias formações.

4.1 Museólogo como Profissional da Informação

O fato de trabalhar com objetos – que já foi discutido na introdução dessa dissertação – é o que caracteriza a atuação do profissional em museus, ou ainda, o que se chama de fato museológico, ou a relação entre o homem e o objeto. Segundo Russio (1984, p.60), “[...] uma relação profunda entre o homem, sujeito que conhece, e o objeto, testemunho da realidade. Uma realidade da qual o homem também participa e sobre a qual ele tem o poder de agir, de exercer a sua ação modificadora”.

A atuação do profissional, em museus, estaria justamente na compreensão desta relação homem/objeto. Nesta equação a intermediação do profissional se dá na lógica do objeto como suporte informacional, indo além da concepção tradicional, aqui compreendida como aqueles Museus que “[...] têm investido em ampliações das áreas destinadas as Reservas Técnicas, no melhor aproveitamento do espaço e do mobiliário para armazenar seus crescentes acervos” (AFONSO et al, 1999, p.141).

As atividades dos Museus tradicionais, e conseqüentemente a atuação do profissional que ali trabalha, centram-se na aquisição, documentação, acondicionamento e restauro do acervo. Esta característica - atuação centrada no acervo – sofre hoje uma nova leitura que amplia a atuação deste profissional, que deve dominar as atividades tradicionais, bem como entender o objeto enquanto suporte de informação. Segundo Bruno (1995, p.51):

[...] os museus, estabelecidos tradicionalmente a partir de coleções, devem contar com profissionais aptos ao desempenho dessas tarefas, ou seja: compreender que o objeto é um suporte de informação e por isso ele deve ser preservado ao lado de outros meios de informação.

As mudanças na formação deste profissional, segundo Chagas (1996, p.119), são uma exigência do seu trabalho, o que implica em uma mudança na formação deste profissional:

[...] formar novos profissionais, para os quais o importante não é o objeto, e sim a interpretação das relações entre o homem/sujeito e o objeto/bem cultural, bem como a orientação vetorial dos compromissos assumidos (com a vida e não com a morte). É provável que este seja o profissional que desde 1972, a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile, esteja sendo buscado para a América Latina.

Uma reunião realizada em 1972, denominada Mesa Redonda de Santiago do Chile, organizada pelo ICOM-UNESCO, discutiu a função social do museu e sua atuação no mundo globalizado, introduzindo uma nova idéia de museu como uma instituição com responsabilidade social que deve interagir com a comunidade na qual está inserida. (CHAGAS, 1996),

Este evento discutiu o perfil do profissional que atua em museus tradicionais. Discutiu ainda, as funções de coleta, conservação e guarda de objetos representativos da ação humana – levando a pensar o museu “[...] não apenas como repositório de coleções do passado, mas que a sua ação tem que ver com a contemporaneidade.” (CORDOVIL, 1993, p.19).

Tal evento enfatizou a necessidade deste profissional, ir além de suas atribuições tradicionais (coletar, catalogar, conservar e expor objetos). Este profissional deve ser um “investigador”, um “interlocutor” da realidade. Cordovil (1993, p.24) aponta que:

[...] o museólogo do novo Museu é um profissional de tipo novo, que, além do domínio das áreas tradicionais da museologia (que me parecem não devem ser esquecidas), tem de ser capaz de detectar e gerir os problemas com que se defronta a comunidade, de responder a solicitações variadas que vão das questões culturais a sócio-econômicas e políticas.

Neste sentido, a concepção deste profissional como síndico de museus não atende mais às exigências da sociedade global. Bruno (2000, p. 85) afirma que a formação na área de Museologia deve buscar “[...] a preparação de profissionais críticos e capazes de atuar como mediadores” e afirma a necessidade de serem “[...] conscientes de que esta ação de mediação contribui para a construção dos valores sociais e para a estruturação da herança cultural.”

Sendo o profissional que atua em Museus o agente da relação homem/sujeito que vê no objeto um vetor para a compreensão da sociedade e o museu o espaço físico de atuação deste profissional, podemos concluir que o trato com o objeto (geração, disseminação, catalogação e conservação do acervo) caracteriza o museólogo como profissional da informação.

Smit (2000) discute a relação entre as áreas de Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Museologia, como áreas de formação de profissionais da informação, cada qual com sua especificidade.

Esta autora define o museólogo, o arquivista e o bibliotecário, como as “3 Marias”. Referindo-se à atividade desenvolvida por estes profissionais, bem como, ao espaço ocupado por eles, afirma:

Reconhece-se que a atividade profissional das 3 Marias é exercida num ambiente que não prescinde do acervo (por mais que o mesmo não precise estar localizado num único lugar, suporte ou código: os registros podem estar dispersos, serem digitais, etc), mas modernamente a ênfase recai sobre a função social (ou utilização social) que é feita desses acervos. (SMIT, 2000, p. 122)

Esta autora analisa, ainda, a atuação desses profissionais, partindo do pressuposto que a informação independe do suporte. Ou seja, a categoria do documento não é o que caracteriza o fazer do profissional da informação.

Arquivos, Bibliotecas e Museus, têm como objetivo disponibilizar informação. Embora, as “3 Marias” tenham no suporte a diferença de sua atuação. Smit (2000) e Carvalho (2002) apontam para a questão do profissional da informação – independente da organização – como o mediador² entre o acervo e o usuário.

No capítulo a seguir, Museus e Bibliotecas, trataremos das origens destas unidades e das transformações que ocorreram ao longo dos anos. Também abordaremos a instituição museal no Brasil e especificamente em Santa Catarina.

² Mediação da informação, é definida neste trabalho como “[...] toda ação de interferência –realizada pelo profissional da informação -,direta ou indireta,consciente ou inconsciente;individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.”(ALMEIDA JUNIOR, 2006,p.262)

5 MUSEUS E BIBLIOTECAS

A concepção do museu enquanto espaço de guarda e contemplação de objetos que referenciam um passado, ou aguçam a curiosidade, não comporta a ação que essa instituição deve desempenhar junto à sociedade da informação.

Talvez possamos entender essa concepção a partir do processo histórico da constituição do museu. Tal instituição tem origem na Grécia antiga como forma de adoração às musas – filhas de Zeus com Mnemosine, divindade da memória. Suano (1986, p.10) define o papel de museu. Segundo este autor:

O mouseion era então esse local privilegiado onde a mente repousava e onde o pensamento profundo e criativo, liberto dos problemas e aflições cotidianos, poderia se dedicar às artes e às ciências. As obras de arte expostas no mouseion existiram mais em função de agradar as divindades do que serem contempladas pelo homem.

Nascido para a contemplação dos deuses e como local de fuga do cotidiano, o museu passou, ao longo da história, por mudanças radicais. Suano (1986) relata que no século II antes de Cristo a instituição museu era responsável pelo saber enciclopédico. Em Alexandria, era um centro para onde convergia o conhecimento da época:

O mouseion de Alexandria possuía, além de estátuas e obras de arte, instrumentos cirúrgicos, peles de animais raros, presas de elefantes, pedras e minérios trazidos de terras distantes etc., e dispunha de uma biblioteca, anfiteatro, observatório, salas de trabalho, refeitório, jardim botânico e zoológico. E entre os grandes trabalhos por ele elaborados figuravam um dicionário de mitos, um sumário do pensamento filosófico e um detalhado levantamento sobre todo o conhecimento geográfico de então. (SUANO, 1986, p.11)

A biblioteca de Alexandria concentrou não só papiros, como também objetos e documentos que registravam o conhecimento da época, com uma visão estratégica, como relata Battles (2003, p.35):

Atraindo intelectuais para Alexandria, convidando-os para viver e trabalhar à custa do tesouro real e pondo à sua disposição um estoque imenso de livros, os ptolomeus transformaram a biblioteca num imenso aparato de assessoramento sob o controle da casa real. As implicações estratégicas de um monopólio sobre o conhecimento (especialmente em medicina, engenharia e teologia, áreas em que Alexandria se destacava) não passaram despercebidas por ptolomeus. Os livros que visitam a cidade eram confiscados, copiados para a biblioteca (quando os próprios originais não ficavam retidos) e adornados com uma etiqueta em que se lia “dos navios”.

Em Alexandria, Museu e biblioteca confundem-se com a mesma função: difundir a informação. Um complementava o outro; livros e objetos dividiam o mesmo espaço.

Segundo Battles (2003, p.34), havia uma liberdade de ação dos que atuavam no museu “Os estudiosos do Museion comiam juntos num refeitório, e toda propriedade era coletiva. O grau de liberdade acadêmica que os estudiosos desfrutavam era extraordinário”.

Com o fim do Império Romano, e a ascensão do Cristianismo estes espaços foram separados: o Museu passou a ser o lugar do objeto, a biblioteca o lugar do livro.

Gontijo (2004, p.116) afirma que “[...] o cristianismo foi e é até hoje uma religião do Livro”. Parece haver uma importância deliberada em relação à informação contida nas páginas dos livros. Entretanto, segundo Battles (2003, p.61) “Os cristãos romanos construíram uma identidade cultural que se definia em oposição à literatura e à arte da Antigüidade pagã”.

A idéia do livro como fonte de conhecimento, está diretamente vinculada ao conhecimento cristão. Chauí (2003, p.47) mostra essa importância como uma necessidade impositiva: “[...] para impor as idéias cristãs, os Padres da Igreja as transformaram em verdades reveladas por Deus (por meio da Bíblia e dos santos) que por serem decretos divinos, seriam dogmas”. Isto é, verdades irrefutáveis e inquestionáveis.

A queda do Império Romano e a ascensão do cristianismo, também influenciaram a percepção do objeto tridimensional. Para os romanos, as coleções de objetos tinham um sentido de mostrar poder. Suano (1986, p.13) afirma que as “[...] coleções romanas tinham, no entanto, para além da simples demonstração de riqueza e gosto, tinham por fim último ilustrar o poderio e força dos inimigos conquistados por Roma”. Assim, os objetos não possuíam uma característica vinculada à riqueza, mas ao triunfo em relação ao inimigo conquistado.

A Igreja associou ao objeto um valor econômico. De acordo com Suano (1986, p. 14) esta instituição:

Passa a ser a principal receptora de doações e forma assim verdadeiros tesouros, o principal tendo sido o tesouro de São Pedro. Grande força política de então, a Igreja usava seus tesouros para lastrear alianças, formalizar pactos políticos e financiar guerras contra os inimigos do Estado papal.

O entendimento das duas instituições, museu e biblioteca, terão, no período medieval, uma nova interpretação. Dois momentos são cruciais para a nova idéia de biblioteca. O primeiro foi o surgimento das universidades. Burke (2003) discute a formação das universidades na Europa medieval, e com ela o surgimento de uma nova classe: o intelectual – que professa um conhecimento, conforme discutido no capítulo 3. A partir daí surge o conceito de professor, que além de dar aulas, produz livros como forma de ampliar seus rendimentos:

A baixa remuneração geral dos professores nas escolas e universidade, à exceção da de algumas estrelas principalmente nas escolas de direito, torna fácil entender essa reação. Ensinar oferecia um modo de ganhar a vida com o conhecimento, mas não era uma boa vida. (BURKE, 2003, p. 28)

Outro fato foi determinante, para que o livro se torne popular, foi a invenção da tipografia, que possibilitou o aumento do número de exemplares, com a edição em grande escala. Segundo Gontijo (2004, p.167), “[...] quando foi possível mecanizar esse processo através da prensa e produzir em série, o livro tornou-se portátil e o saber extrapolou os limites dos mosteiros, feudos e nações.” Neste sentido, o aumento da demanda provocada pelas universidades e a difusão da informação através do livro impresso acabou com o monopólio da Igreja como guardião do conhecimento.

O Renascimento foi um fator determinante para a popularização do livro, e conseqüentemente da biblioteca. Battles (2003, p.75), referindo-se a esta época afirma:

Podemos perceber, a partir daí, que a própria natureza dos livros e da leitura passava por um processo de mudança radical. A construção de bibliotecas é a melhor expressão disso. De repente, tornou-se importante reunir muitos livros num só lugar, tornando-os acessíveis não apenas aos amigos, à família, a artistas e protegidos, mas também ao público, fazendo com que todos aqueles gestos privados de leitura se traduzissem em exposições públicas. Na Renascença, quando a leitura privada era descoberta pelos estudiosos, ela ia também adquirindo feições públicas.

Enquanto a biblioteca tem um papel importante na difusão do conhecimento, e está atrelada a instituições de ensino como as universidades, surge o fenômeno do colecionismo como herdeiro da idéia de museu. Segundo Suano (1986, p. 14):

Datam, assim, do século XIV, as primeiras coleções principescas de que temos notícias e que chegaram até nós, quer integralmente – transformadas em museus – quer esparsas, mas cujo conteúdo está presente em catálogos e elencos do período. Dentre as primeiras e mais notáveis foram as do doge de Veneza, as dos duques de Borgonha, na França e as do duque de Berry, que enchia seus dezessete castelos com manuscritos, pedras preciosas, relíquias várias, entre as quais um suposto anel de noivado de São José e um dente de leite da Virgem Maria.

Essa característica de colecionismo será uma constante em todo o período medieval, dotando de prestígio e status o proprietário da coleção. A reunião de objetos-relíquias religiosos, estátuas, jóias e pinturas – possui uma vinculação ao poder e à riqueza daquele que coleciona.

A posse do objeto está relacionada à sua unicidade, e também a características exóticas e comerciáveis. Peças oriundas do novo mundo compõem as coleções. De acordo com Suano (1986, p.16), os Médices de Florença possuíam uma coleção das mais diversificadas, sendo que “[...] até mesmo um raríssimo manto de plumas Tupinambá, do Brasil, levado para a Europa ainda no século XVI”.

No Renascimento importantes coleções são formadas na Europa. No século XV o termo museu é utilizado para designar essas coleções. Caldeira (1998, p.398) afirma que “[...] na segunda metade do século 15 [...] o termo museu começa a ser usado para designar uma coleção de objetos considerados belos e valorizados comercialmente.” Ainda segundo este autor, o espaço conhecido como galeria ou gabinete “[...] passou a designar também locais onde obras de arte são dispostas para serem apreciadas.” (CALDEIRA, 1998, p.397).

O termo galeria está associado a uma prática da época de expor objetos para visitantes escolhidos pelo proprietário da coleção. De acordo com Caldeira (1998, p.397):

Outros termos comumente associados à preservação de obras culturais são galeria e gabinete. No século 16, obras de arte pertencentes à nobreza eram exibidas aos visitantes nos corredores ou galerias dos palácios. Eram salas compridas, com numerosas arcadas ou janelas feitas para entrada da luz para iluminação adequada das obras. Esse uso fez com que o termo galeria passasse a designar também locais onde obras de arte são dispostas para serem apreciadas.

É interessante observar que museus, galerias e gabinetes, abrigavam objetos que possuíam um valor e que denotavam a importância e a riqueza de seu proprietário. Não havia a preocupação de mostrar ao público essas coleções, que ficavam restritas a convidados.

Suano (1986, p.22) percebe a transformação do museu como propriedade privada, no período da Contra Reforma Protestante: “Nos tempos modernos, foi o papado, que não escapara ao colecionismo do período, que pela primeira vez abriu suas coleções ao público em, 1471, num *antiquarium* organizado pelo papa Pio VI.”.

A Igreja Católica precisava reagir às teses propostas por Lutero. Nesse sentido, o ensino e a transmissão da cultura tornaram-se ações que permitiram uma resposta à Reforma Protestante. Suano (1986, p.23) assinala que a Contra Reforma da Igreja Católica serviu-se da biblioteca e do museu para sustentar os seus dogmas, conforme explicitado a seguir:

De fato, a contra reforma compreendeu perfeitamente o papel da cultura na defesa e preservação da sociedade cristã, tanto assim que com tal objetivo foram criados, em 1601, por Federico Borromeu, arcebispo de Milão a Biblioteca Ambrosiana e a Academia de Belas Artes. Nesta última, Borromeu reuniu incontáveis obras de arte e fez daquilo que chamava seu *museum*, um centro didático para a produção artística. Ou seja, esse museu, visitável por público seletivo, sobretudo artistas, servia como receituário da estética aprovada pela igreja.

Neste sentido, o museu passa a ter uma nova função, de um cunho didático, expondo objetos com fins educativos. Além disso, o Museu passa a ser aberto à visitação (para um público seletivo), com uma intencionalidade que vai além da mera contemplação dos seus objetos.

Este primeiro momento (meados do XV), em que o museu passa a ter uma função além da guarda de objetos terá desdobramentos. Caldeira (1998, p. 398), afirma ser na modernidade (o que chamamos de modernidade é o período que vai do século XV até o século XVIII com a Revolução Industrial dando início ao período Contemporâneo), que aconteceu o impulso à criação de novos museus, sobretudo com as doações de coleções:

A criação dos museus modernos toma impulso com as doações de coleções particulares que passaram ao domínio público: os Grimani doam seu acervo para Veneza; os Crespi, para Bolonha; os Maffei para Verona. Visando preservar seu acervo, John Tradescant(+ 1662) presenteia com ele a Elias Ashmole (1617-1692) que, posteriormente, o repassará à Universidade de Oxford, originando o Ashmole Museu of Art & Archaeology, em 1683.

As doações de objetos formam o núcleo dos futuros museus, restritos a artistas, estudantes ou convidados.

Cabe ressaltar que os séculos XVII e XVIII são marcados pelo crescimento econômico da Europa – resultante do mercantilismo e posteriormente da Revolução Industrial – e por uma tensão entre a nobreza e a burguesia ascendente (BURKE, 2003).

A Revolução Francesa, segundo Suano (1986, p.28), consolida o papel da burguesia: “[...] a revolução burguesa organizou o saber e o conhecimento de forma a consolidar o poder recém-aquirido”.

Os revolucionários franceses perceberam a importância da educação como forma de organização do Estado moderno, e do museu, enquanto instituição que poderia ser utilizada para fins didáticos, de maneira a impedir que a Igreja e a aristocracia difundissem suas ideologias. (PETITAT, 1994).

Suano (1986, p. 28) demonstra o papel que o museu passa a exercer a partir do século XIX, como elemento voltado à consolidação da imagem do Estado nacional:

O museu prestava-se muito bem às necessidades da burguesia de se estabelecer como classe dirigente. No ano de 1791, as assembleias revolucionárias propuseram, e a Convenção Nacional aprovou em 1792, a criação de quatro museus, de objetivo explicitamente político e a serviço da nova ordem. Foram eles (1) o Museu do Louvre, aberto em 1793 e disponível ao público, indiscriminadamente, três dias em cada dez, com o fim de educar a nação francesa nos valores clássicos da Grécia e Roma e naquilo que representava sua herança contemporânea; o Louvre, além das coleções reais foi enriquecido por material vindo de igrejas saqueadas pelos revolucionários e, mais tarde, pelos botins que Napoleão trazia de toda a Europa e até do Egito; (2) o Museu dos Monumentos, destinado a reconstruir o grande passado da França revolucionária e que privilegiou os frutos do neoclassicismo em detrimento do patrimônio herdado do período medieval. Isso é muito compreensível pois o neoclassicismo e o imperialismo de Napoleão são frutos da mesma ideologia de uma França que se julgava herdeira de Grécia e Roma na hegemonia da Europa; (3) o Museu de História Natural e (4) o Museu de Artes e Ofícios, ambos voltados ao desenvolvimento do pensamento científico em função de suas realizações práticas.

A Revolução Francesa, e sua luta por princípios democráticos, marcaram a instituição museu, dando a ela uma nova fronteira. O museu não mais é, neste momento, visto como gabinete de exposições, do exótico e do incomum; mas tem agora uma proposta política de consolidação dos ideários da Revolução burguesa, adquirindo um papel voltado à educação e às necessidades do Estado Nacional então emergente.

5.1 O Museu no Brasil

A instituição Museu no Brasil teve sua gênese na Europa. Também, aqui o museu estava, durante o período colonial, associado à idéia de coleções exóticas e da unicidade do objeto, tendo um valor comercial ou não, representando o objeto raro característico do novo mundo.

A primeira instituição brasileira, gênese do museu era chamada de “Casa dos Pássaros”. Segundo Machado (2005, p.138) “[...] uma importante instituição brasileira que fez parte dessa premissa foi à Casa dos Pássaros, precursora do Museu Nacional no Rio de Janeiro, na qual os espécimes eram preparados, montados, classificados e enviados à metrópole.” Esse primeiro núcleo museal atendia aos interesses portugueses, que pretendiam enviar aos gabinetes de curiosidades todo o tipo de objetos relacionados à Colônia, exemplares da fauna, da flora, minerais e também objetos de origem indígena.

Com a chegada da família imperial, em 1808, o Brasil é elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves (Machado, 2005). Este fato levou a uma profunda mudança na sociedade da época, numa tentativa de reproduzir a monarquia portuguesa nos trópicos. (SCHWARCZ, 2002).

Conforme Caldeira (1998, p. 399):

[...] Dom João VI foi o responsável pela criação de dois importantes museus. O primeiro, através de doações à Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 1816, dos quadros adquiridos na Europa por Joachim Lebreton, chefe da Missão Francesa de Artistas e Artífices. Esse acervo foi, posteriormente, repassado à Escola Nacional de Belas Artes onde permaneceu até 1937, quando foi criado, pelo Decreto n. 378, o Museu Nacional de Belas-Artes. O segundo, em 1818, foi o Museu Real, instalado no prédio do atual Arquivo Nacional até 1892, quando foi transferido para o Palácio de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Iniciou-se com uma pequena coleção de história natural, conhecida como a *Casa dos Pássaros*, de propriedade do Vice-Rei Dom Luís de Vasconcelos, e foi considerada a primeira instituição científica brasileira ligada à antropologia, etnografia, botânica, mineralogia, zoologia e geologia.

A instauração da instituição museu no Brasil, obedeceu aos mesmos trâmites da sua formação na Europa: dos gabinetes restritos a poucos, ao museu que atende aos anseios de uma nova ideologia do estado nacional.

No caso brasileiro, os museus tiveram, no século XIX, seu apogeu. Santos (1996, p. 180), observa ser essa tendência uma necessidade de reordenar a cultura e a ideologia burguesa, reforçando a idéia do Estado nacional:

Esses museus foram instalados para compor um quadro, como parte das bases lançadas para uma renovação cultural, que culminou, de certa forma, na introdução de hábitos, de pensamento e ação que vigoravam na Europa do século XIX, e compuseram a ideologia burguesa brasileira em ascensão no final do século XIX.

Data deste período a fundação de vários museus: Museu Nacional (1808), Museu do Exército (1864), Museu Paraense Emilio Goeldi (1866), Museu da Marinha (1868), Museu Paranaense (1876), Museu Paulista (1894), e o Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894). A instalação desses museus caracteriza o século XIX como o momento em que a instituição adquire importância no projeto nacional. (CALDEIRA, 1988; MACHADO, 2005)

A Proclamação da República do Brasil, não altera a percepção de museu como instrumento voltado à solidificação de um conceito de nação, dando continuidade à idéia de compor uma história nacional. Machado (2005, p.140), referindo-se à segunda década do século XIX, constata ser esse período o de criação dos chamados museus históricos: “A visão sobre os museus históricos é formulada pela elite e norteadada por uma perspectiva tradicionalista e patriótica que se propunha a especificar e qualificar a memória nacional.” Na década seguinte, a criação de museus terá um reforço na concepção da construção de uma identidade nacional.

Na primeira metade do século XX, Machado (2005) reporta-se ao plano elaborado por Mário de Andrade que, na época, desenvolvia atividades junto ao Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Segundo a autora, deveria haver uma expansão da instituição museu, atendendo às necessidades dos municípios:

Com relação aos museus municipais, de acordo com plano de Mário de Andrade, seriam implementados museus de cidade, sendo que a seleção e composição de seu acervo deveriam estar de acordo com a identidade local. Ou seja, o acervo que comporia esses museus municipais deveria expressar o valor identitário que representasse a comunidade local e a valorização que a mesma atribuísse a eles (MACHADO, 2005, p. 144).

No Estado de Santa Catarina, o primeiro museu data de 1949. Deve-se levar em consideração que esta instituição tinha o aval do poder público, que reconhecia e validava a ação da instituição.

O Museu de Arte Moderna de Santa Catarina surge no bojo do movimento de um grupo de intelectuais intitulados O Grupo Sul (JUNKES, 1982). Este Grupo, foi influenciado pelas idéias da Semana de Arte Moderna ocorrida em São Paulo em 1922. Para difundir suas idéias lança a *Revista Sul* que tinha por objetivo difundir novos artistas, e novas concepções de arte.

A criação deste museu deu-se a partir de uma exposição de arte moderna em Florianópolis. Segundo Corrêa (2005, p. 331) “Em consequência da exposição, em 1949 foi criado o Museu de Arte Moderna de Florianópolis, que, posteriormente passou a ser chamado Museu de Arte de Santa Catarina.”.

5.2 Tipologia Museal

A tipologia de museus está ligada às características do seu acervo. Caldeira (1998), afirma não haver um consenso quanto à classificação dos museus, mas percebe uma íntima correlação entre o acervo e a sua denominação.

A classificação dos museus, segundo Caldeira (1998, p. 400), pode ser assim entendida:

Museus de arte. São instituições cujas coleções estão concebidas e dispostas pelo seu valor estético, independentemente de serem os objetos criados ou não como obra de arte. Incluem-se nesta categoria os museus de arte sacra, de pintura, de escultura, artes decorativas, primitivas, aplicadas, industriais e folclore.

Museus históricos. São instituições com coleções concebidas e apresentadas em uma perspectiva histórica; seus objetivos são essencialmente os de documentar uma seqüência cronológica ou um conjunto representativo de um monumento histórico, em uma área do conhecimento humano.

Museus de Ciência. São instituições que se preocupam com o meio ambiente, o desenvolvimento cultural dos povos, a educação da comunidade e os avanços tecnológicos.

Museus especializados são aqueles nos quais as coleções se voltam para áreas específicas do conhecimento ou para objetos determinados como: rádio, máquinas, faianças e uma infinidade de outros.

Museus ao ar livre são espaços determinados nos limites de um jardim, de um parque, onde os objetos são dispostos naturalmente ou seguindo determinada tendência. Integram os trabalhos à etnologia regional, e em uma relação dinâmica e participativa.

Galerias de vizinhanças, eco museus, casa para todos e casas de cultura são novas formas de expressão e exibição da cultura de um povo. O trabalho científico dos técnicos é viabilizado pela participação dos habitantes (crianças, estudantes, operários, minorias, grupos, associações profissionais e famílias) que refletem, documentam e participam das ações coletivas da instituição, e atuam essencialmente sobre a população envolvida.

Além das categorias apontadas por Caldeira, podemos acrescentar outros tipos de museus, como por exemplo, aqueles vinculados a instituições de ensino superior.

Esse tipo de museu – comumente chamado de museu universitário – não obedece ao critério do acervo para sua caracterização. Antes, deve ser entendido, conforme Cabral (2002, p. 33), sendo um museu que deveria “[...] integrar solidariamente as funções científico - documentais, educacionais e culturais da Universidade com a marca da ação museal – e não apenas existir como museu que se vincula administrativamente à Universidade.” Dessa forma, percebe a autora, o museu deveria apoiar-se no tripé que norteia a universidade: pesquisa, ensino e extensão.

O próximo capítulo trata da metodologia utilizada na pesquisa.

6 METODOLOGIA DA PESQUISA

A elaboração do conhecimento científico é um processo de reflexão, norteador da atividade prático-teórica no fazer cotidiano. Este pensar busca desvendar a realidade trazendo novas formas de entendimento da práxis.

Os dados coletados foram analisados a partir de uma abordagem quantitativa.

Foi utilizada a técnica de análise de conteúdo definida por Bardin (2004, p.37) como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Na utilização desta técnica deve-se delimitar os pontos de inferência que sejam alvo de identificação na comunicação, elaborar as variáveis analisadas, e, identificar a presença ou a ausência das citações verificando seu sentido no contexto dado.

Assim, segundo Bardin (2004), a análise de conteúdo tem as seguintes etapas:

- 1) descrição das peculiaridades do documento;
- 2) processo de tratamento dos dados através da inferência e interpretação;
- 3) análise dos dados.

A análise de conteúdo permite inferir o que se deseja comunicar, na ação escrita ou falada. A partir desse exercício pode-se identificar a presença ou a ausência das citações, seu contexto ou sentido. De acordo com Bardin (2004, p. 28):

“[...]em última análise, qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo.”

O questionário se ajusta à pesquisa por ser um instrumento útil na captação de coleta de dados, pois, é formado a partir de uma série de perguntas que coletam as informações descritivas e comportamentais da população alvo da pesquisa.

6.1 População

O público pesquisado foi selecionado a partir dos seguintes critérios:

- 1) possuir nível superior – caracterizando assim o profissional, segundo Freidson (1998);
- 2) trabalhar diretamente com a prática museal;
- 3) atuar no Estado de Santa Catarina.

Neste sentido, foram selecionados os seguintes museus:

6.2 Museus Selecionados

As informações, referentes aos museus selecionados, foram obtidas através do Guia de Museus de Santa Catarina (2001), da Fundação Catarinense de Cultura – Departamento do Sistema Estadual de Museus, que elaborou um mapeamento dos museus de Santa Catarina.

Estes museus representam 42,16%, do total. Foram selecionados, a partir do critério de representatividade de todas as regiões do Estado de Santa Catarina.

Além disso, foi levado em conta o fato do museu possuir no seu quadro um profissional de nível superior trabalhando em tempo integral. Foram selecionados 36, o que representa 43,37% dos museus do Estado de Santa Catarina.

LITORAL CENTRO

- ***Museu de Arte de Santa Catarina***
Município: Florianópolis
Tipo de Instituição: Pública Estadual.
Data da constituição jurídica: 18/03/1949
Objetivo: Órgão público diretamente vinculado às artes plásticas, destina-se a atender à comunidade em geral, por meio de exposições, pesquisa, eventos e assessoria.
Acervo: Artes Plásticas: Arte Moderna e Contemporânea com predomínio de artistas catarinenses.

- ***Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral***
Município: Florianópolis
Tipo de Instituição: Pública Federal
Data da constituição jurídica: 12/12/1966
Objetivo: Pesquisa, ensino e extensão, seguindo o tripé norteador da universidade; seu objetivo de pesquisa esta centrado no homem catarinense.
Acervo: Antropologia, Arqueologia e Museologia.

- ***Museu Victor Meirelles***
Município: Florianópolis
Tipo de Instituição: Pública Federal
Data da Constituição Jurídica: 28/5/1982
Objetivo: Difundir o acervo de Victor Meirelles, bem como salvaguardar a memória nacional, promovendo o estudo e a pesquisa da vida e da obra do artista.
Acervo: Obras do artista Victor Meirelles do século XIX.
- ***Museu Histórico de Santa Catarina – Palácio Cruz e Souza.***
Município: Florianópolis
Tipo de Instituição: Pública Federal
Data da Constituição Jurídica: 1986
Objetivo: Divulgar aspectos da história catarinense.
Acervo: Peças do século XIX, sobretudo mobiliário e documentos relacionados aos governadores do Estado de Santa Catarina.

LITORAL NORTE

- ***Museu Histórico de Itajaí***
Município: Itajaí
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da constituição Jurídica: 30/3/ 2004
Objetivo: Tem por objetivo estudar a cultura material do município e oferecer à comunidade informações históricas.
Acervo: Peças que pertenceram aos primeiros habitantes do município.
- ***Museu Oceanográfico do Vale do Itajaí - Fundação Universidade do Vale do Itajaí.***
Município: Itajaí
Tipo de Instituição: Privado municipal (misto)
Data da Constituição Jurídica: 27/4/2002
Objetivo: Formar e manter o acervo ligado à área oceanográfica através de um sistema de curadoria, promovendo a pesquisa, o ensino e despertando a população para a educação ambiental por meio de processos expositivos e interativos.
Acervo: Formado por peças de História Natural, nas áreas de Biologia e Geologia.
- ***Museu Parque Cyro Gevaerd***
Município: Balneário Camboriú
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 01/12/1982
Objetivo: Levar ao conhecimento do público a formação do município de Balneário Camboriú
Acervo: Zoologia/Fauna/Taxidermia/Arqueologia

REGIÃO NORTE

- ***Museu Arqueológico de Sambaqui***
Município: Joinville
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da constituição jurídica: 22/12/1969.
Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento da região, fomentando o avanço do conhecimento científico sobre o patrimônio cultural regional e o estabelecimento de uma relação preservacionista dinâmica e interativa entre o patrimônio e a sociedade.
Acervo: Arqueológico, etnográfico, histórico, documental; 28 sítios arqueológicos de tipologia “Sambaqui”.
- ***Museu Nacional de Imigração e Colonização***
Município: Joinville
Tipo de Instituição: Pública Federal.
Data da constituição jurídica: 02/07/1957.
Objetivo: Recolher objetos que recordem a imigração no sul do País, e também os documentos e publicações atinentes à mesma.
Acervo: Acervo histórico da segunda metade do século XIX até a década de 1950: mobiliário, indumentária, artes, porcelanas, instrumentos de trabalho, de transporte, de música, numismática e heráldica.
- ***Museu Nacional do Mar/Fundação Catarinense de Cultura.***
Município: São Francisco do Sul
Tipo de Instituição: Pública Estadual.
Data da constituição jurídica: 30/12/1992.
Objetivo: Preservação das técnicas de construção e utilização das embarcações típicas brasileiras.
Acervo: Embarcações, material náutico e bibliografia da área afim do museu.
- ***Museu Histórico Municipal Emilio Silva***
Município: Jaraguá do Sul
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da constituição jurídica: 12/8/1971
Objetivo: História do Município de Jaraguá do Sul.
Acervo: mobiliário, vestimentas, instrumentos de trabalho.
- ***Museu de Arte de Joinville***
Município: Joinville
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da constituição jurídica: 15/05/1973
Objetivo: Recolher, documentar, estudar, conservar, expor e divulgar obras de arte em geral e em especial joinvilenses e catarinenses, bem como realizar outras atividades culturais e artísticas.
Acervo: Pintura em suporte de papel, telas de artistas catarinenses.

- ***Museu Sagrado Coração de Jesus***
Município: Corupá
Tipo de Instituição: Eclesiástica
Data da constituição jurídica: 30/9/1935
Objetivo: Expor acervo referente à História Natural e Taxidermia.
Acervo: Animais empalhados da região de Santa Catarina.

REGIÃO OESTE

- ***Museu Municipal Victorino Affonso Lenhardt***
Município: Saudades
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 10/12/1991
Objetivo: Reunir acervo e disponibilizá-lo para estudos referentes à história do município.
Acervo: instrumentos de trabalho dos primeiro colonizadores da região.
- ***Museu Histórico Municipal de São Miguel d'Oeste.***
Município: São Miguel d'Oeste.
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 8/2/1988
Objetivo: Acervo dos fundadores do município
Acervo: História do município (móveis e utilitários de cozinha).
- ***Museu Histórico de Capinzal***
Município: Capinzal
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 10/7/1980
Objetivo: História do Município.
Acervo: Acervo dos primeiros colonizadores.
- ***Museu Comunitário de Itapiranga***
Município: Itapiranga
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 20/2/1991
Objetivo: História do município.
Acervo: Objetivos históricos da colonização da cidade.

REGIÃO SERRANA

- ***Museu Municipal de Campos Novos***
Município: Campos Novos
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 28/6/1981
Objetivo: Expor objetos que tenham relação com a formação do município.
Acervo: história do município.

- ***Museu Histórico Thiago de Castro***
Município: Lages
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 9/6/1960
Objetivo: Expor objetos que possuam relação com a formação histórica do município.
Acervo: História do município.
- ***Museu Histórico de São Joaquim***
Município: São Joaquim
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 16/3/1983
Objetivo: Expor acervos dos primeiros colonizadores
Acervo: História do Município.
- ***Museu Jose Maria Coelho***
Município: Bocaina do Sul
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 1996
Objetivo: História do Município
Acervo: Expor acervo dos primeiros colonizadores.

REGIÃO SUL

- ***Museu Universitário do Extremo Sul Catarinense.***
Município: Criciúma
Tipo de Instituição: Pública Mista (Município e Universidade)
Data da Constituição Jurídica: 1997
Objetivo: História da Região do Extremo Sul de Santa Catarina.
Acervo: acervo arqueológico.
- ***Museu Anita Garibaldi***
Município: Laguna
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 31/7/1949
Objetivo: Retratar a vida de Anita Garibaldi, também conhecida como Heroína dos dois mundos.
Acervo: História do Município
- ***Museu Universitário Walter Zumblick.***
Município: de Tubarão
Tipo de Instituição: Pública Mista (Município e Universidade)
Data da Constituição Jurídica: 1998
Objetivo: Expor acervos oriundos da região do Município de Tubarão.
Acervo: Arqueologia, Etnologia.

- ***Museu ao Ar Livre***
Município: Orleans
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da constituição Jurídica: 30/8/1970
Objetivo: Retratar a história da colonização do município.
Acervo: História dos equipamentos industriais utilizados pelos primeiros colonizadores.
- ***Museu Municipal de Sombrio***
Município: Sombrio
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da constituição Jurídica: 1991.
Objetivo: História do Município.
Acervo: Acervo dos primeiros colonizadores

VALE DO ITAJAÍ

- ***Museu da Família Colonial***
Município: Blumenau
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 1967
Objetivo: Relatar a história dos colonizadores da região.
Acervo: História dos colonizadores de Blumenau.
- ***Museu Histórico Cultural de Rio do Sul***
Município: Rio do Sul
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 1973
Objetivo: História do Município.
Acervo: Acervo dos primeiros imigrantes.
- ***Museu Arquidiocesano D. Joaquim.***
Município: Brusque
Tipo de Instituição: Pertencente à Igreja Católica Romana.
Data da Constituição Jurídica: 3/8/1960
Objetivo: História da Região do Vale do Itajaí, e da presença católica no município.
Acervo: Arqueologia, Geologia, Botânica, Zoologia, Etnologia, Numismática, uso e costumes dos imigrantes e arte sacra.
- ***Museu Edevaldo Ciro Thiesen***
Município: Ituporanga
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 1976
Objetivo: História do Município.
Acervo: Acervos provenientes dos primeiros imigrantes.

REGIÃO DO VALE DO RIO DO PEIXE

- ***Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado***
Município: Caçador
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 18/3/1974
Objetivo: Expor acervo material que tenha referência à questão e à Guerra do Contestado.
Acervo: História da Guerra do Contestado.
- ***Museu Municipal Salustiano Costa Junior***
Município: Porto União
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 20/8/1963
Objetivo: História do Município
Acervo: História do Município.
- ***Museu Histórico de Fraiburgo.***
Município: Fraiburgo
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da Constituição Jurídica: 1975
Objetivo: Retratar a história da formação humana do município.
Acervo: História do Município
- ***Museu Municipal Andréas Thaler***
Município: Treze Tílias
Tipo de Instituição: Pública Municipal.
Data da Constituição Jurídica: 1962
Objetivo: História da Imigração Austríaca.
Acervo: Acervo proveniente de doações das famílias dos primeiros imigrantes.
- ***Museu Alto Vale do Rio do Peixe***
Município: Rio das Antas
Tipo de Instituição: Pública Municipal
Data da constituição Jurídica: 1992
Objetivo: História do Município
Acervo: Acervo proveniente de doações dos descendentes das primeiras famílias colonizadoras.

6.3 Coleta de dados

Foi feito um pré-teste, com 5 profissionais de museus, o que permitiu ajustar as questões inicialmente propostas.

Ao enviar os questionários, fizemos contato telefônico com o responsável direto do museu, salientando a importância da pesquisa. Foi encaminhada, também, uma carta

de apresentação (Anexo A), e um Termo de consentimento livre e esclarecido a ser assinado pelo profissional (Anexo B), e uma Declaração do responsável, afirmando estar ciente da participação da Instituição na pesquisa. (Anexo C)

Foram enviados trinta e seis questionários, com 9 questões. A identificação do respondente (Idade, Sexo e Instituição em que trabalha) representou 3 questões; as demais se referem à atuação e às necessidades de educação continuada do profissional. (Anexo D)

A fim de assegurar a participação dos respondentes, no período de 15 a 31 de março de 2006, mantiveram-se contatos telefônicos com cada profissional. Entre 30 de março e 8 de abril, os questionários foram enviados por e-mail e por correio.

Inicialmente, foi planejado o envio dos questionários somente por meio eletrônico. Porém em contato telefônico mantido com o representante de cada instituição museal, ficou evidente o desconforto de alguns profissionais no uso do correio eletrônico. Por esta razão, 5 questionários foram enviados por e-mail e 31 por correio.

Apenas um profissional não respondeu ao questionário. Dois participantes foram excluídos por não terem nível superior.

6.4 Variáveis de pesquisa

Para a análise e interpretação dos dados, foi definida uma grade de análise, cujas variáveis são:

- 1) Idade;
- 2) Sexo
- 3) Formação;
- 4) Nome da Instituição em que trabalha;
- 5) Tempo de atuação na Instituição;
- 6) Educação continuada;
- 7) Participação em grupos de discussão;
- 8) Atividades desenvolvidas;
- 9) Fontes de informação utilizadas.

7 ANÁLISE DOS DADOS

Para melhor apresentação dos resultados o questionário foi dividido em 5 partes, quais sejam :

- 1 Identificação:** sexo, idade, nível de formação, e tipo de instituição.
- 2 Instituição:** Tipologia do Museu, tempo de exercício do profissional no museu.
- 3 Educação continuada:** participação em congressos, seminários, palestras, cursos de curta duração e oficinas;
- 4 Atividades desenvolvidas:** as atividades foram selecionadas a partir da lei que regulamenta a atuação profissional em museus.(BRASIL, 1984).
- 5 Fontes de Informação** utilizadas pelos profissionais.

Como afirmado anteriormente, os questionários foram enviados para trinta e seis profissionais atuantes em museus do Estado de Santa Catarina. Os museus foram selecionados a partir do critério de representatividade de todas as regiões de Santa Catarina. Um dos respondentes foi desconsiderado, por não possuir nível superior. Dois questionários não foram respondidos.

Neste sentido, os dados analisados referem-se às respostas de 33 profissionais.

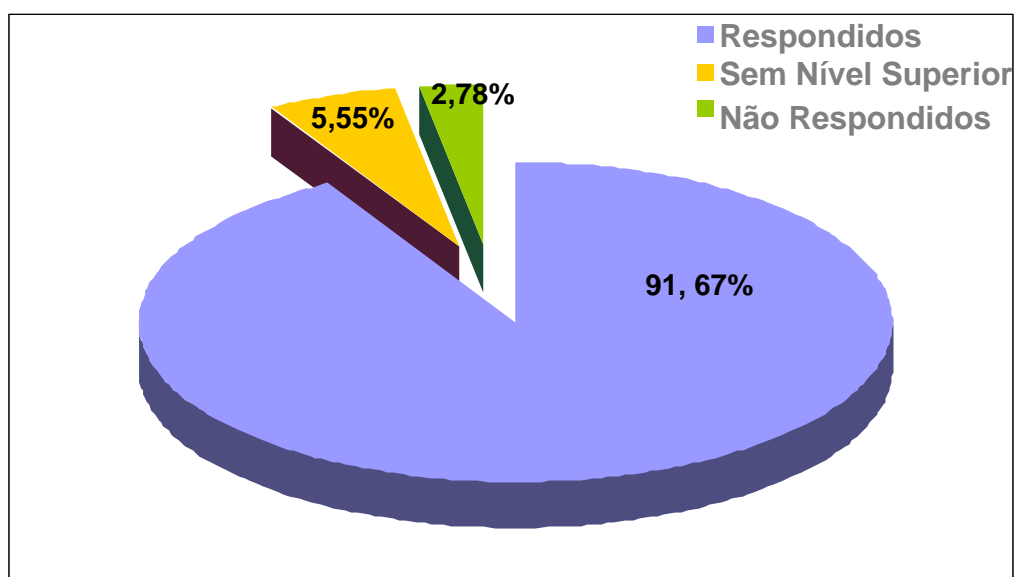


FIGURA 1: Questionários enviados.

A divisão dos Museus, por Região, obedeceu ao Guia de Museus elaborado pela Fundação Catarinense de Cultura do Estado de Santa Catarina (2001).

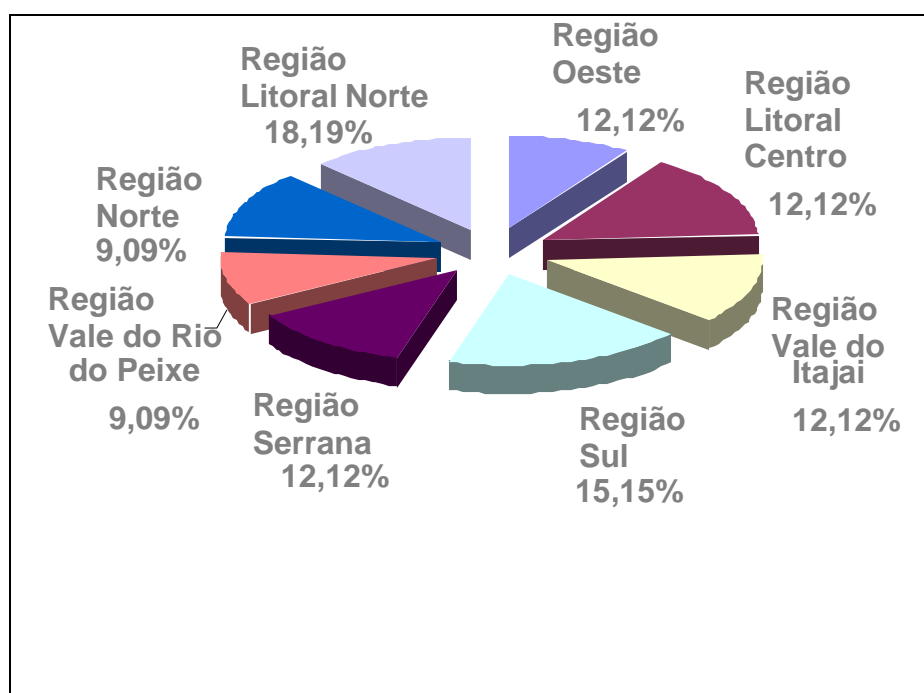


FIGURA 2: Distribuição dos profissionais por região.

Observa-se, que a distribuição de Museus, no Estado de Santa Catarina, é homogênea. De acordo com o mapeamento elaborado pela Divisão de Museus, da Fundação Catarinense de Cultura (2001), em quase todo o município catarinense temos a presença de um museu.

7.1 IDENTIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

7.1.1 Sexo dos Profissionais

De acordo com a figura 3, 78,79% dos profissionais são do sexo feminino, e 21,21% do sexo masculino. Fonseca et. al (2005), chamam a atenção para uma maior participação do sexo feminino entre os profissionais da informação.

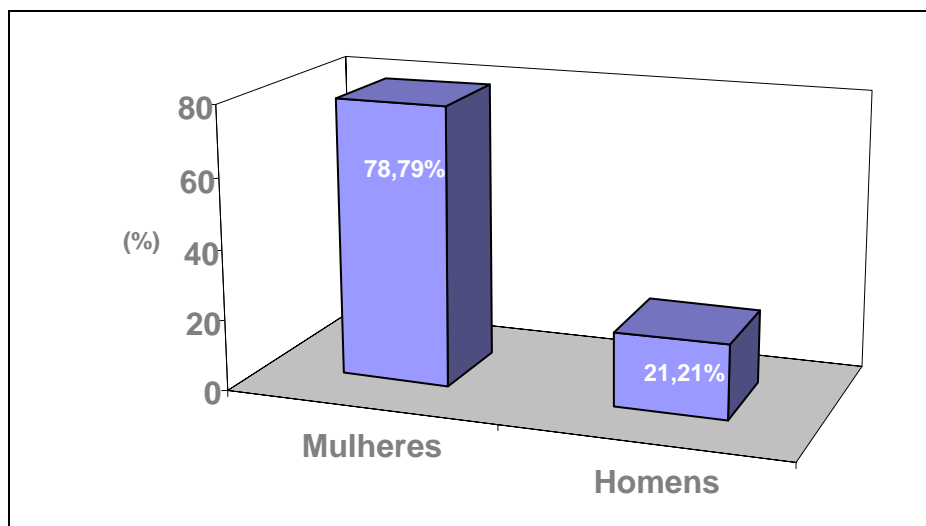


FIGURA 3: Sexo dos respondentes.

7.1.2 Idade dos Profissionais

Como pode ser observado, na tabela 1, até 30 anos temos 15,15%, dos profissionais. De 31 a 40 anos temos 11 profissionais o que representa 33,33%; tal se repete na faixa de 41 a 50 anos, e com mais de 50 nos temos 6 profissionais que representam 18,19%.

Faixa de Idade	N	%
Até 30 anos	5	15,15
31 - 40	11	33,33
41 - 50	11	33,33
Mais de 50	6	18,19

Tabela 1 – Idade dos Profissionais

7.1.3 Nível de Formação dos Profissionais

Dos profissionais pesquisados 57,58% têm apenas graduação; 33,33% têm especialização e 6,06 mestrado. Apenas 3,03% dos profissionais têm Doutorado.

Nível de Formação	N	(%)
Somente Graduação	19	57,58
Especialização	11	33,33
Mestrado	2	6,06
Doutorado	1	3,03
TOTAL	33	100

TABELA 2 – Formação dos profissionais.

A maioria dos profissionais que atuam nos museus catarinense, têm formação em Ciências Humanas³ (66,67%). A formação em História corresponde a 30,30% dos respondentes. A seguir aparece a Pedagogia com 18,18%.

É necessário esclarecer que 36,36% dos Museus cujos profissionais responderam à pesquisa são Históricos; além disso, 18,19% são Municipais, que têm por objetivo disseminar a história do município. (ver tabela 5, p.)

Nenhum dos profissionais que responderam ao questionário tem graduação em museologia.

Na realidade, a única instituição de ensino superior do Estado de Santa Catarina, que oferece graduação em Museologia é a Fundação Educacional Barriga Verde – FEBVE -, localizada no Município de Orelans. Este curso teve início no primeiro semestre de 2004, promovido pela Fundação Educacional Barriga Verde, e ainda não foi reconhecido.

Existem no Brasil apenas 2 cursos de graduação em museologia. A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO-, oferece o curso de graduação em museologia desde 1932; a Universidade Federal da Bahia- UFBA- oferece este curso desde 1979.

³ Chauí (2003) define ciências humanas, como aquela que desenvolve um conjunto de atividades intelectuais (de forma sistematicamente organizada do pensamento objetivo) embasada num método científico buscando compreender os fenômenos sociais.

Formação Acadêmica	N	%
História	10	30,30
Pedagogia	6	18,19
Artes Plásticas	3	9,09
Biologia	3	9,09
Biblioteconomia	2	6,06
Ciências Sociais ⁴	2	6,06
Oceanografia	2	6,06
Filosofia e Teologia	1	3,03
Jornalismo	1	3,03
Letras Português e Espanhol	1	3,03
Restauração	1	3,03
Turismo	1	3,03
TOTAL	33	100

TABELA 3 – Formação acadêmica.

7.1.4 Cursos de Pós Graduação

Com relação à especialização 21,21 % tem formação em Museologia. A Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC- ofereceu cursos deste nível em 2001 e 2002. Este curso não foi mais oferecido em razão da pouca procura por parte de profissionais atuantes em museus. (UDESC, 2006)

A Universidade de São Paulo oferece um curso de especialização em Museologia desde 1998, no Museu de Arqueologia e Etnologia. (BRUNO, 1995). Um dos respondentes fez este curso.

⁴ De acordo com Lakatos (1991), as ciências sociais tem seu interesse voltado para o homem e a sociedade, o campo de ação envolve: linguagem, religião, filosofia, tecnologia, ética, usos e costumes e outros aspectos culturais da organização social.

Cursos de Especialização	N	%
Museologia	7	21,21
História	5	15,15
Pedagogia	2	6,07
Administração e Organização de Arquivos	1	3,03
Administração Biblioteca Pública	1	3,03
Ciência Bíblica	1	3,03
Educação Infantil, Séries Iniciais e Educação de Jovens e Adultos.	1	3,03
Ensino de Ciências	1	3,03
Letras Português e Espanhol	1	3,03
Patrimônio e Turismo	1	3,03
Sem Especialização	12	36,36
TOTAL	33	100

TABELA 4 – Formação em nível de especialização.

Nos causou estranheza o nome de alguns dos cursos citados como de especialização. Entretanto, em pesquisa nas Instituições que ministraram tais cursos não foi possível identificá-los. Isto se deve ao fato destes cursos terem sido realizados na década de 90.

Os entrevistados que têm mestrado em Museologia, somam 6,07%, ou seja dois profissionais. Todos fizeram esta formação no exterior: na Universidade de Barcelona, e no Instituto Spinelli, na Itália.

Cabe salientar que, no Brasil, o primeiro Mestrado em Museologia, foi aprovado em 22 de março de 2006 pela Capes, e é oferecido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, na Escola de Museologia do Centro de Ciências Humanas. (UNIRIO, 2006).

Cursos de Mestrado	N	%
Museologia	2	6,06
Geografia	2	6,06
História	2	6,06
Ciência e Tecnologia ambiental	1	3,03
Desenvolvimento Regional	1	3,03
Educação	1	3,03
Estudos Judaicos	1	3,03
Supervisão Escolar	1	3,03
Zoologia	1	3,03
Sem mestrado	21	63,64
TOTAL	33	100

TABELA 5 – Formação em nível de mestrado.

7.2 Tipologia dos Museus

A instituição Museu possui uma tipologia bastante diversificada. Caldeira (1998), ao se referir à classificação dos museus remete ao tipo de acervo que o caracteriza, ou ainda, à questão de se afirmar uma identidade – este é o caso dos museus históricos, ou museus municipais.

Menezes (1994) afirma que a fragmentação dos museus por especialidades, aconteceu no século XVIII, no momento em que os gabinetes de curiosidades tornaram-se públicos. O autor entende que “rigorosamente, todos os museus são Históricos, é claro. Dito de outra forma, o museu tanto pode operar as dimensões de espaço como de tempo.” (MENEZES, 1994, p. 14).

Os profissionais que responderam à pesquisa trabalham em museus de vários tipos como pode ser observado na tabela abaixo:

Tipos de Museu⁵	N	%
Museu Histórico	12	36,36
Museu Municipal	6	18,19
Museu Universitário	5	15,15
Museu Oceanográfico	3	9,09
Museu de Arte	2	6,06
Museu Arquidiocesano	1	3,03
Museu Arqueológico	1	3,03
Museu Comunitário	1	3,03
Museu Nacional da Imigração	1	3,03
Museu Nacional do Mar	1	3,03
TOTAL	33	100

TABELA 6 – Tipos de Museu.

Os museus históricos representam à maioria no universo desta pesquisa, (36,36%). Segundo Caldeira (1998, p. 401) este tipo de museus são instituições em que as coleções “[...] são concebidas e apresentadas numa perspectiva histórica”.

Os Museus Municipais que representam nesta pesquisa 18, 19% do total, têm sua caracterização na formação histórica do município atrelada à idéia do museu histórico, ou seja, de criar e reforçar uma identidade.

Esta perspectiva histórica, apontada por Caldeira (1998) vem atrelada a uma concepção de formação do Estado Nacional. Neste mesmo sentido Machado (2005), percebe a proliferação dos museus históricos como uma ação política. Segundo a autora “o surgimento de museus históricos, atrelados às conveniências políticas, foi uma constante na formação cultural brasileira.”. (MACHADO, 2005, p.137)

Tal qual o seu congênere, o museu municipal busca descrever a origem dos primeiros habitantes do município numa ordem cronológica, documentando a sua identidade.

Os Museus Universitários representaram 15,5% do universo da pesquisa. Este tipo de Museu muitas vezes, é confundido com a história da Universidade na qual está

⁵ A tipologia museal aqui utilizada, esta detalhada na página 59.

inserido. Menezes (1994) sintetiza o museu universitário, como sendo aquele que obedece à lógica da universidade, ou seja, o tripé: pesquisa, ensino, e extensão.

7.3 Tempo de Trabalho dos Profissionais

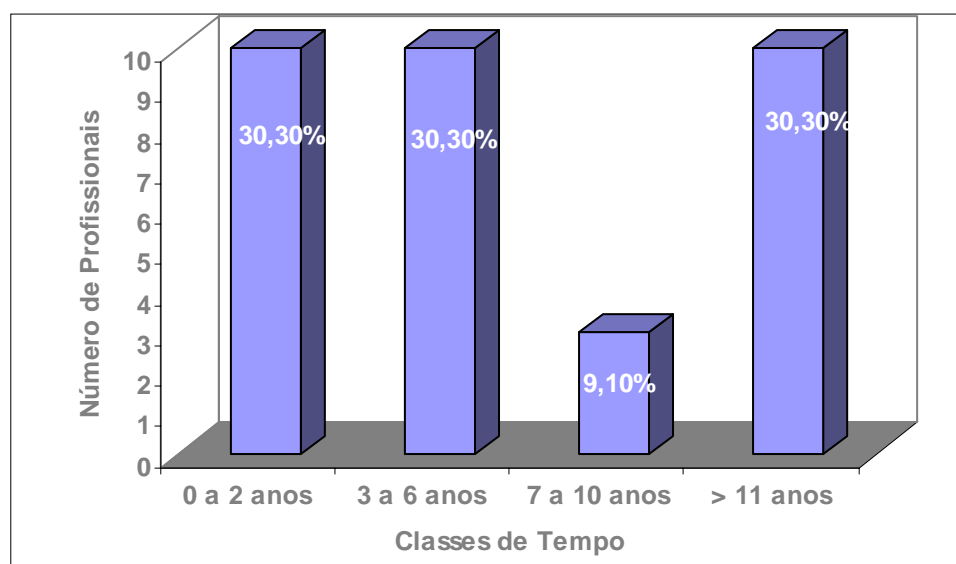


FIGURA 5: Tempo de trabalho dos profissionais.

O tempo de trabalho dos profissionais é dividido de forma equitativa como é possível verificar na figura 5.

Considerando o tempo de atuação da maioria dos profissionais que responderam ao questionário, 10 (30,30%) trabalham há menos de 2 anos; outros 10 (30,30%) trabalham na faixa de 3 a 6 anos 9,10% dos profissionais têm tempo de trabalho que varia de 7 a 10 anos; 10 (30,30%) trabalham há mais de 11 anos.

7.4 Educação Continuada

As transformações constantes no mundo do trabalho, exigem um processo contínuo de busca do conhecimento. O profissional não é mais visto como formado; ao contrário, necessita de educação ao longo da sua vida.

Segundo Collares et al (1999), no processo de educação continuada “(...) trata-se de estar sempre a atualizar os sujeitos, informando-os sobre novos descobrimentos da

ciência e suas conseqüências para a ação no mundo do trabalho (...)" (COLLARES et al, 1999, p.13).

Entre os respondentes, 60,61% afirmaram ter realizado algum tipo de formação continuada⁶ nos últimos 5 anos.

De acordo com os respondentes, os cursos realizados foram oferecidos por Prefeituras Municipais, pelo Governo do Estado de Santa Catarina e pelo Núcleo de Estudos Açorianos.

A grande maioria, isto é 60,61%, fez esta formação no Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU), da Universidade Federal de Santa Catarina. Este núcleo foi criado em 5 dezembro de 1997, através da portaria n 008/PRCE/97. De acordo com a citada portaria, as finalidades do NEMU são:

“O NEMU, tem por finalidades propiciar à UFSC um instrumento que viabilize o desenvolvimento de ações interdisciplinares e multi-institucionais relacionadas às questões Museológicas e museográficas para, através da soma dos esforços das diferentes instituições envolvidas, formular políticas museológicas e culturais de médio e longo prazo, nos diferentes campos de atuação da museologia no Estado de Santa Catarina.” (PORTARIA n.008/PRCE)

O NEMU oferece dois encontros anuais com apoio das prefeituras municipais, e caso haja uma instituição de ensino superior na região, esta também participa.

Estes encontros obedecem a uma estrutura de Cursos, com um tema específico seguidos de uma oficina prática. Nestas oficinas, os temas são: higienização e conservação do acervo, catalogação do acervo, elaboração de projetos para captação de recursos, montagem de exposições.

Com relação a educação continuada, 39,39% não fizeram nenhuma formação nos últimos 5 anos. Dos que fizeram (60,61%), isto é 60% deste total fizeram sua formação no NEMU. As atividades de educação continuada dos outros 39,39% foram realizadas em diversas entidades brasileiras como o IPHAN.

⁶ Como educação continuada entendemos “[...] A Educação que se dá no processo de formação constante, de aprender sempre, de aprender em serviço, juntando teoria e prática, refletindo sobre a própria experiência, ampliando-a com novas informações e relações.”(MORAN, p.1, 2002)

Tipos de Educação Continuada	N	%
Cursos de Curta Duração	14	40%
Oficinas	06	18%
Palestras	03	12%
Seminários	03	12%
Congressos	02	4%
Outros	05	14%

TABELA 7: Educação continuada dos respondentes, nos últimos 5 anos.

7.5 Atividades desenvolvidas

A questão número 8 do questionário (ver anexo), tinha como objetivo verificar as atividades desenvolvidas pelos profissionais. As atividades constantes na tabela 6, que refletem as respostas da questão 8 foram selecionadas a partir da Lei 7.827, de dezoito de dezembro de 1984.

A **Avaliação da qualidade da informação do acervo**, foi citada por 82,14%, dos entrevistados, como a mais importante.

RELAÇÃO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	GRAU DE IMPORTÂNCIA ⁷ (respostas múltiplas)								
	Muito Importante		Importante		Pouco Importante		Não considera Importante		TOTAL
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	%
Avaliação da qualidade da informação do acervo	23	82,14	4	14,29	1	3,57	-	-	100
Identificação, classificação e cadastramento de bens culturais.	25	80,65	4	12,9	-	-	2	6,45	100
Acondicionamento do acervo	23	74,19	7	22,58	1	3,23	-	-	100
Busca, registro, avaliação e difusão de informações.	20	66,67	9	30	1	3,33	-	-	100
Planejamento e organização de exposições	20	64,52	8	25,81	2	6,45	1	3,22	100
Restauração do Acervo	18	62,07	7	24,14	4	13,79	-	-	100
Montagem de exposições	19	59,38	9	28,13	3	9,37	1	3,12	100
Administração, gerência e supervisão de atividades de museu.	18	58,06	12	38,71	1	3,23	-	-	100
Coleta de Acervo	15	50	9	30	5	16,67	1	3,33	100
Prestação de serviços de consultoria ou assessoria	13	44,83	7	24,14	9	31,03	-	-	100
TOTAL	194	64,24	76	25,17	27	8,93	5	1,66	100

TABELA 8 – Atividades desenvolvidas pelos profissionais.⁸

⁷ As porcentagens foram calculadas a partir do total de respostas válidas em cada item.

⁸ Fonte: Lei 7.827, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre o exercício da profissão de museólogo.

Embora a primeira resposta seja em termos percentuais menor do que a segunda, é necessário evidenciar que em números absolutos a segunda resposta tem um número maior de respondentes.

Chagas (1996, p.46) discute a utilização do acervo como suporte de informação. Segundo este autor “é pela comunicação homem-bem cultural preservado que a condição de documento emerge”. A preservação do objeto em si, não se justifica se e não houver uma preocupação com a informação.

Ainda, de acordo com Chagas (1996), a preservação do acervo, possibilita a utilização do acervo como suporte informacional para futuras pesquisas. Além das possibilidades de pesquisa, também está vinculada às exposições, uma vez que o profissional de museus, depende destas informações para que haja processos expositivos.

Sendo o museu, em sua essência, uma unidade de informação, e como afirma Menezes (1994) um espaço de fruição, de devaneios, do imaginário, da pesquisa e produção de conhecimento, avaliar a qualidade da informação é fundamental.

A atividade de **Identificação, classificação e cadastramento de bens culturais** obteve 80,65%, de respostas que indicam que esta atividade é muito importante.

Historicamente, a instituição Museu está vinculada à necessidade de identificação, classificação e cadastramento do acervo.

Santos (1996, p.6), aponta a atividade de registro como sendo “[...] o momento supremo do museólogo, no sentido de se afirmar, demonstrando o conhecimento que adquiriu [...]”. De acordo com a autora, esta atividade é realizada, muitas vezes em detrimento de outros afazeres de uma unidade de informação.

A atividade de **Acondicionamento do acervo** foi considerada por 74,19% dos entrevistados como Muito Importante; 22,58% a consideraram Importante. Esta atividade está relacionada à conservação do suporte, ou seja, a integridade do acervo deve ser garantida a fim de disponibilizá-lo ao público (CABRAL, 2002).

A diversidade dos materiais que compõem os acervos dos museus, exigem cuidados em seu acondicionamento. Seu tratamento depende do tipo de suporte.

As atividades de **busca, registro, avaliação e difusão da informação**, foram apontadas por 66,67% dos entrevistados como Muito Importantes; 30% a consideraram Importante.

Estas atividades, devem ser uma preocupação constante nos museus. Segundo Bruno (1995), é essencialmente atividade técnico-científicas. De acordo com a autora,

estas funções podem ser entendidas como o “inventário dos bens patrimoniais (banco de dados/publicações/gerenciamento da Informação)” (BRUNO, 1995, p.104).

Estas atividades requerem métodos aplicados a realidades específicas.

A atividade de **Planejamento e organização de exposições**, foi considerada por 64,52% dos entrevistados como Muito Importante.

Esta é a atividade mais visível no museu. É o resultado do processo que permite que a informação seja disponibilizada ao público.

Este trabalho envolve diversos especialistas. Enquanto a Museologia preocupa-se com o contexto do acervo e as relações inerentes a ele, a forma aplicada da museologia é a Museografia. Segundo, Mensch (1990, p.58), a “museologia aplicada (museografia) coloca em prática os princípios científicos com a ajuda de grande número de disciplinas auxiliares.”

O item **Restauração do Acervo** foi considerado como Muito Importante por 62,07% dos entrevistados; 24,14% o consideram Importante.

De acordo com Lord (1997, p.251) restauração é uma:

“Intervenção até onde seja possível, ou até onde se deseja em um edifício ou objeto com a finalidade de lhe devolver uma condição ou aparência semelhante ao seu estado original, através da reparação, da renovação de partes, da reconstituição, do acondicionamento ou de qualquer outra intervenção.”⁹(Tradução Nossa)

Caracteriza-se por ser um processo de recuperação das peças e deve ser feito por profissionais especializados. Giraudy & Bouilhet (1990, p. 49), afirmam ser a restauração uma tarefa de um corpo de especialistas, envolvendo “uma equipe científica completa de químicos, físicos, fotógrafos, microbiologistas, respalda os restauradores, propriamente ditos, que cuidam da saúde da obra.”

Com relação à **Montagem de Exposições**, 59,38% dos entrevistados a consideraram Muito Importante; 28,13% afirmaram ser Importante.

Esta atividade é técnica, uma vez que a elaboração intelectual da exposição deu-se no seu planejamento. Russo (1984) e Bruno (1995) afirmam ser o planejamento

⁹ Restauración: intervención hasta donde sea posible o hasta donde se desee sobre un edificio o um objeto, com el fin de devolverle una condición o apariencia semejante a la de su estado original, a base de reparación, de renovación de partes, de reconstitución, de reacondicionamiento o de cualquier otra intervención.(LORD, 1997, p. 251)

uma etapa essencial, pois nele está a configuração para a montagem da exposição, ou seja, esta é o resultado da elaboração que se deu no planejamento.

Segundo Marandino (2005), a elaboração de uma exposição é uma forma de saberes disponibilizados ao público em geral. Segundo esta autora o discurso expositivo deve observar processos relativos ao acervo, trazendo à tona a discussão do saber museológico como “[...] a relativo às reflexões do campo da museologia e diz respeito tanto ao trabalho de coleta, salvaguarda e documentação dos objetos, como organização da informação que será comunicada sobre os mesmos”.

A **Administração, gerência e supervisão de atividades** foi considerada como Muito Importante por 58,06% dos entrevistados e Importante por 38,71%.

O diretor é o administrador das atividades museais. Este responsável deve organizar e sistematizar as atividades burocráticas e o trabalho técnico científico.

Trigueiros (1972, p.131), afirma que além dessas atribuições de administração, o administrador estabelece “[...] os contatos com órgãos semelhantes ou afins”, para troca de experiências e atividades como, exposições itinerantes, ou empréstimo de acervos. Bruno (1995), afirma que a administração e a gerência são atividades que envolvem todos os profissionais do museu.

O item **Coleta de acervos** foi apontado por 50,0% dos entrevistados como Muito Importante; 30,0% o consideraram Importante.

Esta atividade acontece por meio de pesquisa de campo ou de doações. É considerada uma ação de caráter permanente.

A coleta, ou aquisição, do acervo tem hoje uma visão mais crítica, necessitando a definição de uma política de aquisição de acervo. Giraudy et al (1990, p. 47) afirmam que:

Há alguns anos, os museus se conscientizaram da necessidade de adotar uma política de aquisição coerente e ordenar suas coleções não mais em função do gosto de determinado responsável, ou da raridade e preço de determinada obra, mas a partir de critérios científicos ou das necessidades de seu público.

De acordo com a autora, a necessidade de uma política de aquisição, justifica-se pelo papel do museu na comunidade em que está inserido. Através de uma política de

aquisição fundamentada na tipologia do museu, e nos seus objetivos evita-se o “coleccionismo”.¹⁰

A atividade de **Prestação de serviços de consultoria ou assessoria** foi considerada como Muito Importante para 44,83% dos entrevistados. Esta atividade está relacionada ao atendimento de demandas de outras instituições.

Chagas (1996) discute a ação do profissional em museus como responsável pelas demandas que envolvam o patrimônio cultural.

Com relação à participação em grupos de discussão, as respostas representam menos de 12,08%, e por esta razão não foram consideradas nesta análise.

7.7 Fontes de Informação

Com relação aos tipos de fontes de informação utilizadas, 26% citaram os livros como a principal fonte. A seguir, foram citadas: as fontes primárias¹¹ com 22%, a Internet com 21%. Os periódicos científicos foram citados por 17%; 14% dos entrevistados apontaram outras fontes (jornais, entrevistas com pessoas da comunidade, atas e documentos oficiais).

Fontes de Informação utilizadas (respostas múltiplas)	N	%
Fontes primárias	26	78,48
Periódicos	20	60,60
Livros	30	90,90
Internet ¹²	25	75,75
Outros	17	51,51

Tabela 9 – Fontes de Informação utilizadas

¹⁰ Entende-se por colecionismo a prática indiscriminada de coletar acervos. No capítulo Museus e Bibliotecas, foi discutida esta questão. Sobre o tema ver: Suano (1986), Menezes (1994) e Bruno (2000).

¹¹ Entende-se por fontes primárias: “[...]aquelas que produzidas por contemporâneos de um acontecimento, podem ser documentos escritos, artefatos, obras de arte, tudo que possa lançar alguma luz sobre aquele evento passado, ou sua época.”

¹² Cunha (2001) afirma ser a Internet um instrumento de busca em bases de dados. Segundo este autor, a Internet se caracteriza como fonte secundária.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo identificar o perfil do profissional atuante nos museus do Estado de Santa Catarina. É necessário pontuar que esta pesquisa refere-se a um momento específico (2006). Neste sentido, seus resultados não podem ser generalizados.

Os resultados aqui apresentados foram obtidos a partir de entrevistas com 91,67% ,33 respondentes dos profissionais que atuam em museus no Estado de Santa Catarina, entrevistados no período de março a setembro de 2006.

Os objetivos específicos desta pesquisa foram: conhecer as necessidades de educação continuada, e, descrever as atividades desenvolvidas por estes profissionais.

Em relação ao objetivo específico, **conhecer a necessidades de educação continuada**, verificou-se que esta é uma preocupação destes profissionais. Entre os profissionais que responderam à pesquisa 60,61%, afirmam ter participado, nos últimos 5 anos de cursos, oficinas ou palestras; esta participação se deu na sua maioria, através do Núcleo de Estudos Museológico (NEMU).

As transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX, com a popularização da Internet e todo o aparato tecnológico, levam à necessidade da atuação profissional ser repensada. Chagas (1996) e Cordovil (1993), apontam que o novo paradigma da sociedade da informação exige novas posturas dos profissionais que atuam em museu.

Também em Horta (1990), Guarnieri (1990) e Bruno (1995 & 2000), a preocupação com a necessidade de educação continuada está presente. Para estes autores, deve-se repensar as práticas profissionais frente à sociedade da informação. Associadas às práticas consideradas tradicionais, há uma exigência do domínio das tecnologias, e a compreensão da necessidade de aprender aprendendo, ou seja, o processo de educação deve ser contínuo.

Observando os dados que respondem ao segundo objetivo específico **descrever as atividades desenvolvidas** por estes profissionais, 82,14% dos respondentes responderam que a atividade mais importante é a avaliação da qualidade da informação do acervo. Chagas (1996) afirma ser esta atividade a mais significativa do trabalho museal.

O mesmo pode ser dito da atividade de **identificação, classificação e cadastramento dos bens culturais**, com 81,14% dos respondentes. Em síntese, em

relação aos objetivos específicos, foi possível observar que os profissionais em Museus do Estado de Santa Catarina, valorizam essencialmente as atividades tradicionais.

A questão número 7 do questionário, teve por objetivo conhecer a participação dos profissionais em grupos de discussão. Apenas 12,08%, dos entrevistados afirmaram participar destes grupos. Podemos inferir a ausência desta prática, ou mesmo a inexistência de trocas de experiências profissionais, e discussões a cerca da teoria museal.

Um ponto que chama atenção são as fontes de informação utilizadas pelos profissionais dos museus catarinenses. Ao consultar os participantes, por contato telefônico, antes do envio do questionário, apenas 5 participantes aceitaram recebê-lo por meio eletrônico, enquanto, 31 participantes preferiram recebê-lo por correio.

Os dados levantados apontam que 75,75%, utilizam a Internet como fonte de informação.

A análise, das respostas permite afirmar que o perfil tipo do profissional que atua nos museus no Estado de Santa Catarina, está assim configurado:

- Uma Mulher;
- Com idade entre 30 e 50 anos;
- Com graduação na área de Ciências Humanas.
- Que desenvolve suas atividades em museus públicos.
- Que trabalha há mais de dez em um Museu Histórico;
- Que considera como atividades mais importantes a avaliação da qualidade da informação do acervo e a identificação, classificação e cadastramento de bens culturais.
- Considera os livros como principal fonte de informação.

Cabe ressaltar, como foi dito na Introdução desta dissertação, que o perfil do profissional que atua em museus, é pouco discutido na literatura.

Conforme pode se constatar, o profissional que atua nos museus de Santa Catarina, executa atividades consideradas na literatura como tradicionais, tendo o foco de sua atuação centrado no objeto, e não nas relações que a ele pode-se elaborar conforme apontado por Guarnieri (1990).

Esperamos que os resultados apresentados, nesta pesquisa, possam contribuir para estudos que abordem esta temática.

REFERÊNCIAS

AFONSO, M. C. et al. Comunicação: a formação de profissionais de museus: o papel dos arqueólogos no processo curatorial. In: II Semana de Museus da Universidade de São Paulo, 2. São Paulo, 1999. **Anais...** São Paulo, 1999. p. 38-62.

ALBANOZ, S. **O que é o trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VII Encuentros de Educadores e Investigadores em Bibliotecologia, Archivologia, Ciencias de la Información y de la Documentación de Iberoamérica y el Caribe (EDIBCIC), 2006, Marília. **Anais**. Marília: UNESP, 2006. p. 257-268.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

BRASIL. **Lei 7.287, de 18 de Dezembro de 1984**. Dispõe sobre a profissão de museólogo e regulamenta seu exercício. Disponível em: <<http://www.cofen.org.br/>>. Acesso em: 2 maio 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações-CBO1994**. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/index.htm>>. Acesso em: 30 abril 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações-CBO2002**. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/index.htm>>. Acesso em: 30 abril 2005.

BRUNO, M. **Musealização da arqueologia**: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema. 1995. 382f. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BRUNO, M. **Museologia**: a luta pela perseguição ao abandono. 2000. 321f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BUSSARELLO, R. **Dicionário básico latino-português**. Florianópolis: Do Autor, 1988.

CABRAL, M. Museu: pesquisa e documentação. In: Seminário sobre Museus-casa: pesquisa e documentação. n. 4, 2002, Rio de Janeiro. **Anais** Museus-casas: pesquisa e documentação. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 9-10.

CALDEIRA, P. Museus. In: CAMPELLO, B S. et al. **Formas e expressões do conhecimento**: uma introdução às fontes de informação. Belo Horizonte, UFMG, 1998. p. 393-398.

CANÊDO, L.B. **A Revolução industrial** tradição e ruptura: adaptação da economia e da sociedade rumo a um mundo industrializado. São Paulo: Atual; Campinas: UNICAMP, 1987.

CARVALHO, K. O profissional da informação: o humano multifacetado. **Revista Data Grama Zero**, Rio de Janeiro, v. 3, n.5, out./2002. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/>> Acesso em: 19 maio 2005.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CHAGAS, M. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COFEM, Conselho Federal de Museologia. **Museu e Museologia**. Disponível em: <<http://www.cofem.org.br/>> Acesso em: 11 fev. 2006.

COLLARES, C. A. L.; MOYSES, M. A. A.; GERALDI, J. W. Educação Continuada: a política da descontinuidade. **Educação & Sociedade**. v. 20, n. 68, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 23 set. 2006.

CORDEIRO, R. I. de N.; AMÂNCIO, T. Análise e representação de filmes em unidades de informação. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 1, 2005. Disponível em <www.ibict.br/cienciadainformacao/> Acesso em: 2 fev. e 2006.

CORDOVIL, M. M. Novos Museus, novos perfis profissionais. **Cadernos de Museologia**, Lisboa, v.1, out./nov. 1993.p. 21-36.

CORRÊA, C. H. P. **História de Florianópolis**. Florianópolis: Insular, 2005.

CUNHA, M. B. da. **Para saber mais**: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.

CUNHA, M. V.; CRIVELLARI, H. M.T. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, M.L.P. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p. 39-54.

DE MASI, D. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

DREIFFUS, R. A. **A época das perplexidades**: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios. Petrópolis: Vozes, 1996.

DRUCKER, P. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999.

DUPAS. G. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: UNESP, 2001.

FERREIRA. A.B.H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positiva, 2004.

FREIDSON, E. **Renascimento do profissionalismo**: teoria, profecia e política. São Paulo, USP, 1998.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE. **Biblioteca Central**, Orleans. Disponível em: <<http://www.FEBAVE.rct-sc.br/>>. Acesso em: 18 dez. 2006.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIRAUDY. D.; BOUILHET. H. **O Museu e a vida**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1990.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONTIJO, S. **O livro de ouro da comunicação**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GRIMAL, A. **Mitologia grega**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUARNIERI, W. R. Conceito de Cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e sua preservação. **Cadernos Museológicos**, São Paulo, v.1, n.3, p. 7-13, out. 1990.

GUARNIERI, W. R. Museu, museologia, museólogos e formação. **Revista de Museologia**, São Paulo, v.3, n.3, p.12-27,out., 1989.

GUINCHAT, C.; MENOU. M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e da documentação**. Brasília: IBICT, 1994.

HOBBSAWN, E. J. **Tempos interessantes: uma vida no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HORTA, M.de L. P. O Processo de comunicação em museus. **Cadernos Museológicos**. São Paulo, v.1, n.3, p.51-56, out., 1990.

HORTA, M. de L. P. A tecnologia a serviço da museologia. In: IV Seminário sobre Museus-Casas: Pesquisa e documentação. n. 4, 2002. **Anais Museus-casa: pesquisa e documentação**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 156-161.

ICOM. **International Council of Museums**. Museu. Disponível em: <<http://www.icom.org.br/icom.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2005.

JAMBEIRO, O.; SILVA, H. P. da. A Informação e suas profissões: a sobrevivência ao alcance de todos. **Data Grama Zero**, Rio de Janeiro, v.5, n.4, ago. 2004. Disponível em <http://www.dgz.org.br/ago04/Art_03.htm>. Acesso em: 29 ago. 2005.

JUNKES, L. **Aníbal Nunes Pires e o Grupo Sul**. Florianópolis: UFSC, 1982.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial a pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAKATOS, E. M. **Sociologia geral**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1990

LE GOFF, J. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

LEGEY, L. R; ALBAGLI, S. Construindo a sociedade da Informação no Brasil: uma nova agenda. **Data Grama Zero**, Rio de Janeiro, v. 1, out. 2000. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br> > Acesso em: 23 maio 2005.

LORD. B.; LORD. G. D. **Manual de gestión de museos**. Barcelona: Ariel, 1997.

MACHADO. A. M. A. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO. B. G. (Org.) **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argumentum; Brasília: CNPq, 2005. p.137-149.

MAFFESOLI, M. A comunicação sem fim (teoria pós-moderna da comunicação). In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. da (Org.) **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.20-42

MARANDINO. M. Museus de Ciência como espaços de educação. IN: FIGUEIREDO. B. G. (Org.) **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argumentum; Brasília: CNPq, 2005. p.165-176

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MATTELART, A.; NEVEU, E. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MENEZES, U. B.de. Do Teatro da Memória ao Laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: História e Cultura Material. v 2, 1994, São Paulo, **Anais do Museu Paulista**. USP, 1994, p.9-42.

MENSCH. P. V. et al. Metodologia da museologia e treinamento profissional. **Cadernos Museológicos**, São Paulo, v.1, n.3, p.57-67, out., 1990.

MORAN. J. M. **O que é educação à distância**. Disponível em: <<http://umbu.ied.dcc.ufmg.br>> Acesso em: 3 abril 2007.

MORIN, E. A comunicação pelo meio (teoria complexa da comunicação). In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. da. **A genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologia do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.11-19.

NEMU. Núcleo de estudos museológico Encontros realizados. Disponível em: <<http://www.prce.ufs.br>> Acesso em: 13 fev. 2007.

OLIVEIRA, C. R. de. **História do trabalho**. São Paulo: Atica, 2003.

PETITAT, A. **Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PINHEIRO, L. V. R.; LOUREIRO. J. M. M. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n.1, 1995.

REVISTA MUSEU. **Agenda: museu e museologia, novas práticas**. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/agenda/age>> Acesso em: 19 de fevereiro 2006.

RUSSIO, W. Palestra no seminário produzindo o passado. In: ARANTES, A. A. (Org.) **Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.14-29.

SANTA CATARINA. Fundação Catarinense de Cultura. **Guia de Museus de Santa Catarina**, Florianópolis: Ed. da Fundação Catarinense de Cultura, 2001.

SANTOS. M. C. T. M. O Papel dos museus na construção de uma identidade nacional. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.1, n.28, ago. 1996, p. 38-52.

SCHWARCZ, L. M. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SMIT, J. W. O Profissional da Informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, M. P. (Org.) **O Profissional da Informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000. p. 119-134.

SUANO, M. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TARNAS, R. **A epopéia do pensamento ocidental: para compreender as idéias que moldaram nossa visão de mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

TOBAR, F.; YALOUR, M. R. **Como fazer teses em saúde pública: conselhos e idéias para formular projetos e redigir teses e informes de pesquisa**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

TRIGUEIROS. F. dos S. **Dinheiro no museu**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972.

UDESC. **Curso de especialização em museologia**. Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Disponível em: <<http://www.udesc.br/reitoria/proped>> Acesso em: 20 fev. 2006.

UFBA.**Faculdade de Ciências Humanas**. Graduação em Museologia. Disponível em: <http://ffch.ufba.br/ffch_graduação> Acesso em: 30 jan. 2007.

UFSC. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. **Define a Criação do Núcleo de estudos museológicos – NEMU**. Portaria n. 008, de 13 de dezembro de 1997. Florianópolis: UFSC, 1997.

UNIRIO. **Mestrado em museologia e patrimonologia**. Pós-Graduação. Disponível em: <<http://www.unirio.br/museologia>> Acesso em: 25 fev. 2006.

VALENTIM. M. L. P. Atuação e perspectivas profissionais para o profissional da informação. In: VALENTIM, M.L. P. (Org.). **Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional**. São Paulo: Polis, 2000.

VALENTIM. M. L. P. Equipes multidisciplinares na gestão da informação e conhecimento. In: BAPISTA, S. G.; MULLER, S.P.M. (Org.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004.

WOLTON, D. Pensar a Internet. In: MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. da. **A Genealogia do virtual: comunicação, cultura e tecnologia do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2004 , p. 149-156

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Aceite da Instituição

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, como representante legal da Instituição:

.....
....., tomei conhecimento do projeto de pesquisa....., e cumprirei os termos da Resolução CNS196/96 e suas complementares, e como esta instituição tem condição para o desenvolvimento deste projeto, autorizo a sua execução nos termos propostos.

Data.....2005.

Assinatura:

Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Hermes Jose Graipel Junior, e estou desenvolvendo a pesquisa “A atuação profissional em museus do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de Descrever o perfil do profissional que atua em Museus de Santa Catarina. Esta pesquisa tem como propósito a produção de Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Para a coleta de dados será utilizado questionário. Se quiser desistir de participar da pesquisa, poderá fazer isso a qualquer momento. Se você concordar em participar, lhe garanto que as informações fornecidas serão confidenciais, sendo que sua identidade não será divulgada. O conteúdo das suas respostas será estudado no conjunto do conteúdo dos depoimentos dos demais entrevistados.

Assinaturas

Pesquisador:

Professor Orientador:

Eu _____,

Fui esclarecido(a) sobre a pesquisa.....e concordo que o conteúdo de minha entrevista seja utilizado para a realização do estudo.

Data.....

Assinatura.....RG.....

Prezado (a) colega

Meu nome é Hermes Jose Graipel Junior, e estou desenvolvendo a pesquisa “ A atuação profissional em museus do Estado de Santa Catarina”, com o objetivo de Identificar o perfil do profissional atuante nos museus do Estado de Santa Catarina.

Esta pesquisa tem como propósito a produção de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. A coleta de dados será feita através de questionário enviado por e-mail. Se você concordar em participar, garanto que as informações fornecidas serão confidenciais, sendo que sua identidade não será divulgada. O conteúdo de seu questionário será estudado no conjunto das respostas dos demais profissionais. Se você concordar em participar, responda ao questionário anexo.

Agradeço antecipadamente sua atenção. Destaco, ainda, que a Instituição a qual você esta vinculado foi informada e aceitou participar da pesquisa. De outro lado, me comprometo em divulgar os resultados da pesquisa e esclarecer quaisquer dúvidas antes, durante ou após a sua realização.

Cordialmente,

Hermes Jose Graipel Junior

Anexo D – Questionário

Pesquisa: O perfil do profissional que atua em Museus do Estado de Santa Catarina.

Mestrando Hermes J. Graipel Jr.

Orientadora Professora Doutora Miriam Vieira da Cunha

QUESTIONÁRIO

1) Idade:

2) Sexo: () F () M

3) Formação:

	Curso	Ano	Universidade	Tipo de instituição (público- privada/privada/outra)
Graduação				
Especialização				
Mestrado				
Doutorado				

4) Nome da Instituição em que trabalha:

5) Há quanto tempo trabalha nessa Instituição?

() de 0 a 2 anos

() de 3 a 6 anos

() de 7 a 10 anos

() mais de 11 anos.

6) Relacione, abaixo, as atividades extracurriculares realizadas nos últimos cinco anos.

7) Participa de algum grupo de discussão?

Sim Não

Qual:

8) Enumere as atividades desenvolvidas no seu trabalho de acordo com a seguinte classificação:

4 Muito importantes.

3 Importante.

2 Pouco Importantes.

1 Não é importante.

Planejamento e organização de exposições.

Montagem de exposições.

Acondicionamento do acervo.

Restauração do acervo.

Coleta de Acervo.

Identificação, classificação e cadastramento de bens culturais.

Administração, gerência e supervisão de atividades no museu.

Prestação de serviços de consultoria ou assessoria.

Busca, registro, avaliação e difusão de informações.

Avaliação da qualidade da informação do acervo.

Estudos e pesquisas sobre acervos.

Outros. Especifique.

9) Assinale, abaixo, os tipos de fontes de informação que utiliza para realizar suas atividades: (pode ser assinalada mais de uma fonte).

Fontes primárias

Periódicos científicos

Livros

Internet

Outras fontes. Especifique.